



industria

Revista de Empresários e Negócios

Trimestral • Outubro / Novembro / Dezembro 2012 • N.º 94 • 3,5€



**ENCONTRO EMPRESARIAL
LUSO-ALEMÃO**
PROMOVER AS
OPORTUNIDADES
DE COOPERAÇÃO

Regeneração Urbana - Um novo impulso

5ª e 6ª Avaliação da Troika

Acordos de Comércio Livre da UE





SOLUÇÕES QUE COMPLETAM A SUA EMPRESA.



Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.



Montepio

Valores que crescem consigo.

Soluções Montepio Empresas

No Montepio temos o que falta para a sua empresa crescer de forma sustentada. Disponibilizamos-lhe soluções à medida, que permitem otimizar a gestão diária do negócio e maximizar os resultados. As Soluções Montepio para Empresas são a resposta integrada para o dia a dia do seu negócio, combinando a Gestão Automática da Tesouraria, incluindo cartões, com o acesso ao Montepio 24Empresas, ao NetGlobal, a transferências gratuitas e a condições exclusivas em produtos extra. Tudo para se dedicar mais à sua atividade, mantendo uma ligação permanente com o seu Banco.

Esta informação não dispensa a consulta das condições de adesão às Soluções Montepio para Empresas, disponíveis nos nossos Balcões.

Ainda O IMPERATIVO DO CRESCIMENTO

O ano de 2013 vai ser difícil.

O processo de ajustamento vai ter impactos pesados no crescimento económico e poderá determinar aumento da conflitualidade, tanto na esfera social como no plano político. Depois de mais de uma década em que Portugal pouco cresceu, em que a economia se desenvolveu anemicamente e em que perdemos competitividade, o novo ano será ainda de prolongamento da recessão iniciada em 2011.

A economia portuguesa só ultrapassará a presente crise quando for capaz de restaurar a confiança dos empresários e dos mercados internacionais, quer relativamente à capacidade do Estado em honrar os seus compromissos, quer quanto à confiança na capacidade de gerar mais riqueza para crescer sustentadamente.

A consolidação orçamental é condição prévia para restaurar esta confiança, mas não poderá haver consolidação orçamental se a economia entrar em recessão prolongada, como não haverá confiança externa na economia sem perspetivas de crescimento.

Para 2013, o IMPERATIVO DO CRESCIMENTO – que foi o tema do nosso Congresso de novembro de 2011 – continuará a ser uma prioridade estratégica.

Essa prioridade – essencial e determinante para o País – vai implicar, necessariamente, promover a internacionalização, incentivar a reindustrialização e concretizar a reforma do Estado.

Promover a Internacionalização, antes de mais, criando condições para o aumento das exportações, a substituição de importações e o crescimento da economia.

Incentivar a Reindustrialização, defendendo melhores condições para o aumento da capacidade produtiva e para o financiamento, bem como medidas de estímulo à competitividade, à captação de investimento direto estrangeiro, ao crescimento e ao emprego.

Por último, concretizar a Reforma do Estado, tendo em vista adequar o papel do Estado e as suas funções às possibilidades financeiras do País.



Entendo que, em 2013, a CIP terá que continuar a defender as suas causas matriciais: o primado da iniciativa privada e da economia de mercado, a aposta na produção de bens e serviços transacionáveis, a defesa das empresas, nomeadamente das PME, a promoção do empreendedorismo e a defesa dos empresários.

A defesa desses valores assenta na convicção de que o diálogo social é essencial para a construção das soluções de que o País precisa como condição para vencer as dificuldades atuais e retomar o crescimento.

Por último, a um ano do fim do primeiro mandato dos Corpos Sociais da CIP- Confederação Empresarial de Portugal, considero que

todos deveremos prosseguir, com determinação, os objetivos estratégicos essenciais resultantes do projeto de consolidação associativa iniciado em 2010.

2013 não vai ser um ano fácil, seguramente. Mas não podemos resignadamente cruzar os braços e aguardar que os problemas se resolvam.

A nossa responsabilidade, enquanto Confederação Empresarial, continua a ser a de encontrar soluções para superar as adversidades, definindo e percorrendo novos caminhos, com ousadia e tenacidade.

Essa é, agora mais que nunca, a nossa missão. ☺



António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP



- 3** ■■ **Editorial**
- 6** ■■ **Conjuntura**
- 10** ■■ **Orçamento de Estado para 2013**
 - Apreciação da CIP e principais medidas
 - Principais Alterações Fiscais
- 18** ■■ **Programa de Ajustamento**
 - Apreciação da CIP à 5ª e 6ª avaliação da troika
- 22** ■■ **Encontros Empresariais**
 - Encontro Luso Alemão
 - Fórum Mercado Ibérico
- 26** ■■ **Regeneração Urbana**
 - Um novo impulso para fazer acontecer a Regeneração Urbana
 - A regeneração do comércio de proximidade e o centro das urbes – cenários possíveis, por João Barreta
- 32** ■■ **Emprego e Formação**
 - Atualidade legislativa
- 36** ■■ **Internacional**
 - Os acordos de comércio livre da União Europeia – Ponto de situação
 - A importância da Política de Comércio Externo da União Europeia, por Marcelo Sousa
- 41** ■■ **Energia**
 - Ponto de situação dos principais assuntos
 - Do Mercado Ibérico ao Mercado Europeu de Eletricidade - O Papel das Redes de Transporte de Energia Elétrica no contexto Europeu, por Maria José Clara
- 44** ■■ **Experiência Profissional**
 - Jaime Braga recebe prémio carreira
- 46** ■■ **Gestão de Frotas**
 - Quatenus – Gestão de Frota em Tempo Real
 - Rentabilização de recursos
- 49** ■■ **Opinião**
 - Obrigado Philippe de Buck, por António Alfaiate
- 50** ■■ **Notícias**

indústria

Diretor

António Saraiva

Diretor Adjunto

Daniel Soares de Oliveira

Conselho Editorial

António Alfaiate
 Gregório Rocha Novo
 Jaime Braga
 João Mendes de Almeida
 Manuela Gameiro
 Nuno Biscaya
 Patrícia Gonçalves
 Pedro Capucho
 Pedro Correia
 Sofia Baião Horta

Secretariado

Filomena Mendes
 Francisco Carrera

Administração e Propriedade

CIP – Confederação Empresarial de Portugal
 Praça das Indústrias
 1300-307 Lisboa
 Tel.: 213 164 700
 Fax: 213 579 986
 E-mail: revista@cip.org.pt
 NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372
 Depósito Legal 0870 - 9602

Produção e Edição

Bleed - Sociedade Editorial
 e Organização de Eventos
 Av. da República 41, 3.º Andar - 305
 1050-187 Lisboa
 Tel.: 217 957 045 / 6
 www.bleed.pt
 info@bleed.pt

Diretor Editorial

Miguel Boavida
 miguel.boavida@bleed.pt

Diretor Comercial

Mário Raposo
 mario.raposo@bleed.pt

Gestor de Meios

Diogo Camacho

Editor Fotográfico

Sérgio Saavedra

Design e Paginação

José Santos

Impressão

Socingraf
 Rua de Campolide, 133 - 1.º Dto.
 1070-029 Lisboa

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10.000 exemplares



www.cip.org.pt

Financiamos a economia portuguesa.

**Linha BPI Empresas: € 1 000 milhões para Médias
e Grandes Empresas**

Linha BPI Negócios: € 500 milhões para PME

**Nº 1 no valor contratado nas Linhas PME Investe
e PME Crescimento**

20% do valor total das operações contratadas no conjunto das linhas, correspondendo a mais de 1 704 milhões de euros (dados PME Investimentos a 30 de Setembro de 2012).

**Nº 1 no montante total colocado nas emissões
de obrigações EDP, Semapa, Zon, Brisa, PT, Sonae e REN**

54% do montante total colocado no conjunto das 8 emissões realizadas entre Dezembro de 2011 e Setembro de 2012, correspondendo a 1 128 milhões de euros (percentagem calculada com base no montante total colocado em cada emissão apurado pela Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e divulgado no site da CMVM - www.cmvm.pt).

Toda a informação nos Centros de Empresas
ou Balcões BPI e em www.bancobpi.pt/empresas



OUTUBRO E NOVEMBRO 2012

Conjuntura Económica

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

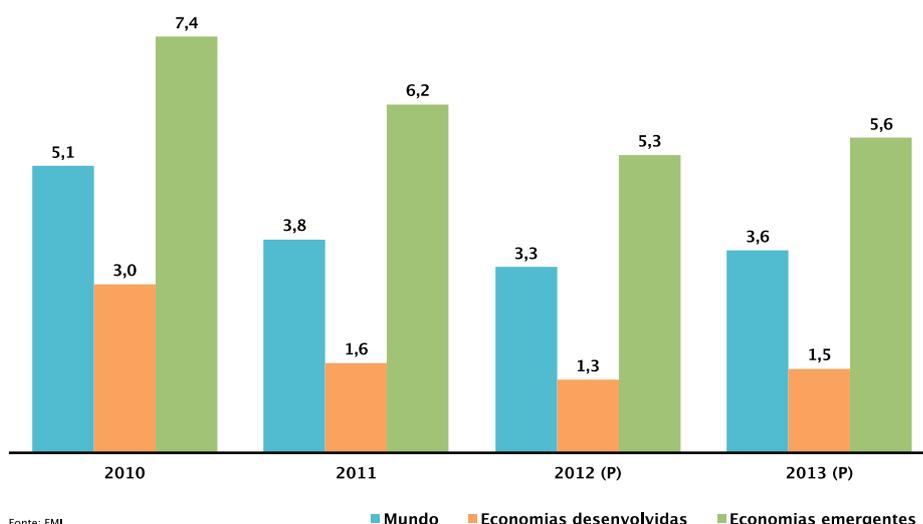
No dia 9 de outubro, o FMI reduziu as suas previsões de crescimento do PIB mundial em 2012 e 2013 (para 3.3% e 3.6% respetivamente, em termos reais, face a 3.5% e 3.9% na previsões intercalares de julho) – Figura 1. A revisão em baixa a abrangeu tanto as economias avançadas, afetadas pelas medidas de consolidação orçamental, como as economias emergentes, penalizadas pelo abrandamento e incerteza acrescida nas economias mais desenvolvidas e pela desaceleração do comércio mundial (para variações reais de 3.2% em 2012 e 4.5% em 2013). O FMI salientou ainda que as perspetivas poderão melhorar se ocorrerem avanços na resolução da crise de dívida soberana europeia e houver um acordo nos EUA para travar um forte ajustamento orçamental em 2013.

Da publicação onde se inserem as previsões, merece ainda realce um estudo em que se conclui que os habituais multiplicadores orçamentais de curto prazo das economias avançadas estarão subavaliados, explicando os efeitos contracionistas acima do esperado das políticas de consolidação orçamental que estão a ser levadas a cabo por muitas economias ocidentais, em especial na Europa.

No dia 10 de outubro, a Comissão Europeia anunciou um conjunto de propostas com vista a inverter a situação de declínio da indústria europeia, propondo-se aumentar o contributo do setor de 15.6% para 20% do PIB da UE até 2020. As propostas traduzem um conjunto de ações prioritárias para estimular o investimento em novas tecnologias, melhorar a envolvente empresarial, o acesso aos mercados e ao financiamento, em especial para as PME, e garantir que as competências disponíveis vão ao encontro das necessidades da indústria.

No dia 11, a agência de notação Standard & Poor's reduziu em dois níveis o rating da dívida soberana de Espanha, para BBB-, um nível já considerado investimento especulativo. A decisão foi justificada com o agravamento da recessão e com o problema dos bancos em dificuldades.

Figura 1: PIB no mundo, ec. avançadas e emergentes (variação real em %) 2010 – 2013 (P=Previsão)



Fonte: FMI

Nos dias 18 e 19 de outubro realizou-se mais uma Cimeira Europeia, onde se debateu o relatório intercalar apresentado pelo Presidente do Conselho Europeu (e elaborado em articulação com os presidentes da Comissão Europeia, do Eurogrupo e do BCE) com vista ao fortalecimento da UEM. Destaca-se, como principais conclusões:

- (i) no que se refere ao enquadramento financeiro, chegou-se a um acordo para a implementação de uma União bancária, estando já em preparação legislação com vista a um Mecanismo Único de Supervisão (MUS) com cobertura dos bancos da zona do euro mais os bancos dos demais Estados-membros da UE que queiram participar. Foi estipulado que esse trabalho legislativo deverá ficar concluído até 1 de janeiro de 2013, ocorrendo a implementação operacional no decurso desse ano. Assim que o MUS ficar completamente operacional, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) poderá recapitalizar os bancos diretamente, de modo a quebrar o ciclo vicioso entre bancos e soberanos (conforme ficou estabelecido na Cimeira Europeia de junho), tendo sido confirmado que o Eurogrupo irá desenhar os critérios operacionais das recapitalizações;
- (ii) Em relação ao enquadramento orçamen-

tal, o Conselho Europeu apelou à adoção até ao final do ano dos dois regulamentos (de 23 de novembro de 2011) para o fortalecimento da vigilância orçamental. Ficou ainda acordado que o Presidente do Conselho Europeu irá apresentar em dezembro (independentemente da discussão da financiamento multianual da União) uma proposta detalhada para a criação de uma possível capacidade orçamental com vista a absorver choques específicos dos países ou facilitar as reformas estruturais, aspetos que foram discutidos na Cimeira;

(iii) No que toca ao enquadramento económico, as conclusões do Conselho referem que “será explorada a ideia de os Estados-membros entrarem num acordo individual de natureza contratual com as instituições da UE relativamente às reformas que se comprometem levar a cabo e quanto à sua implementação”. Tais acordos contratuais teriam por base as recentes reformas do sistema de vigilância económica, que compreende o Semestre Europeu, as recomendações específicas aos países sobre políticas económicas e o Procedimento de Desequilíbrios Macroeconómicos;

(iv) Por último, relativamente à legitimidade democrática, o Conselho adotou o princí-

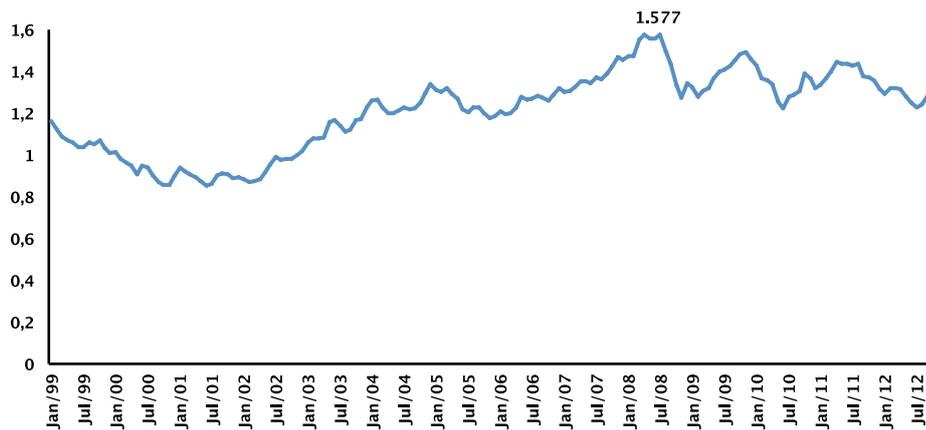
pio segundo o qual “o controlo democrático e a prestação de contas deverão ocorrer a nível no qual as decisões são tomadas”. O envolvimento do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais deverá ser explorado e discutido através de um processo de consultas informais. O relatório final, incluindo um mapa calendarizado para atingir uma “genuína União Económica e Monetária”, será apresentado no Conselho Europeu de 13 e 14 de dezembro.

No dia 27 de novembro, o Eurogrupo chegou a um acordo com a Grécia e a troika para permitir o desembolso da próxima tranche condicional do empréstimo externo (evitando a interrupção de pagamentos pelo Estado grego) e melhorar a sustentabilidade de médio prazo da dívida grega, que se deteriorou desde março. Foi decidida uma redução da taxa de juro cobrada no contexto da Facilidade de Empréstimo à Grécia e das comissões de garantia dos empréstimos do FEEF (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira), uma extensão por 10 anos das maturidades dos empréstimos bilaterais e também dos empréstimos do FEEF, e ainda o compromisso dos Estado-membros (exceto os países sob programas de assistência) passarem para a conta segregada da Grécia os rendimentos do portefólio de dívida grega de que beneficiam os respetivos Bancos Centrais nacionais. Tais benefícios serão proporcionados de forma faseada, condicionais ao cumprimento do programa e ao sucesso do processo de recompra de dívida pública (a que o Governo se comprometeu), e poderão vir a ser reforçados, quando a Grécia atingir um excedente primário, para que, no final do programa do FMI, em 2016, o rácio da dívida no PIB atinja 175%, baixando para 124% em 2020 e para um valor sustentadamente abaixo de 110% a partir de 2022.

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

A cotação média mensal do euro face ao dólar dos EUA continuou a recuperar em outubro (0.9%, para 1.2974 dólares por euro – ver Figura 2), embora na parte final do mês se tenha registado uma correção em baixa da cotação diária, devido ao corte de rating de Espanha pela Standard & Poor's, ao adiamento da União Bancária e à ausência de um pedido de resgate por parte de Espanha, frustrando as expectativas de uma resolução mais rápida da crise de dívida soberana. Já em novembro, estes fatores continuaram a pesar na cotação do euro, que recuou até 1.2696 dólares no dia 13. O movimento inverteu-se na segunda metade do mês com a perspetiva de um acordo sobre a Grécia e a melhoria dos indicadores de confiança empresarial na Alemanha

Figura 2: Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)
Jan 1999 – Out 2012



Fonte: Banco de Portugal

Figura 3: Preço médio spot do petróleo (dólares/barril de Brent)
Jan 2005 – Out 2012



Fonte: FMI

e na França, tendo a cotação recuperado até 1.2994 dólares no dia 29.

O preço médio do barril de Brent recuou em outubro (1.2%, para 111.97 dólares – ver Figura 3), pela primeira vez em quatro meses. A cotação diária continuou pressionada em alta na primeira quinzena, devido às tensões no Médio Oriente, mas depois caiu até final do mês (para 109.7 dólares no dia 29) em face das preocupações com o crescimento da economia mundial. Em novembro, o preço diário do barril de Brent continuou a cair até 105.76 dólares no dia 5, mas depois aumentou gradualmente até cerca de 111 dólares no dia 19, refletindo o acréscimo das tensões no Médio Oriente, tendo depois oscilado em torno desse valor até final dia 29 com o anúncio de cessar-fogo entre Israel e o movimento palestino do Hamas.

PORTUGAL

No dia 31 de outubro, foi aprovada na generalidade a Proposta de Orçamento de Estado para 2013, que, partindo de uma previsão de queda real do PIB de 1% em 2013, pretende reduzir o défice público para a meta revista de 4.5% do PIB através, sobretudo, de um

acentuado agravamento da carga fiscal (em particular no IRS), mais do que compensando o aumento de despesa associado à reversão parcial dos cortes de subsídios a funcionários públicos e pensionistas. De acordo com a análise da UTAO, trata-se “de um objetivo sem paralelo em anos anteriores e com efeitos difíceis de prever, o que não deixa de constituir um elevado risco para a execução orçamental e que poderá resultar em medidas adicionais de consolidação orçamental.” No dia 19 de novembro, o Ministro das Finanças anunciou a conclusão, com sucesso, do sexto exame regular do Programa de ajustamento de Portugal, dando lugar ao desembolso de mais uma tranche do empréstimo externo.

Um dos focos da avaliação foi a consolidação orçamental, onde se destaca:

- (i) a confirmação das perspetivas do Orçamento de Estado para 2013;
- (ii) a revisão em baixa do rácio da dívida pública no PIB em 2013 (para 122.2%, menos 1.5 pontos percentuais do que o previsto anteriormente), em resultado da centralização de operações de tesouraria das Administrações Públicas;

(iii) procurar assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, o que passa pela revisão do processo orçamental, pela melhoria da gestão dos recursos humanos mas sobretudo por repensar as funções do Estado para que o Estado Social seja sustentável. Num primeiro momento, serão identificadas poupanças de, pelo menos, 4 mil milhões de euros a realizar em 2013 e 2014 (segundo a troika, parte destas poupanças servirá para enfrentar “potenciais riscos de implementação em 2013”), um processo já iniciado e que contará com o apoio técnico de instituições internacionais. Salienta-se ainda o anúncio de algumas medidas para apoiar o investimento e o financiamento das empresas:

(iv) foi iniciado o processo que conduzirá a uma “reforma profunda e abrangente do IRC” numa lógica de competitividade fiscal face aos outros países da UE e da OCDE;

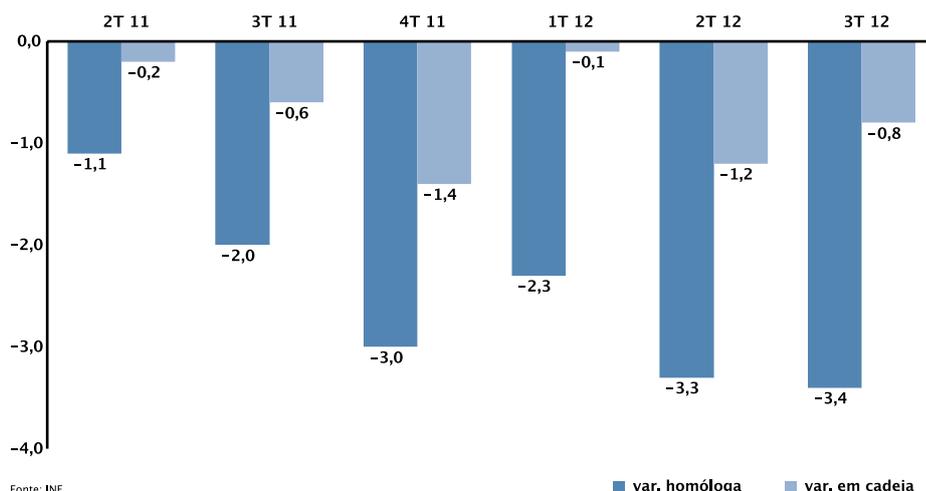
(v) no sentido de promover a diversificação das fontes de financiamento das empresas, foram anunciadas várias iniciativas:

- a emissão conjunta de instrumentos de dívida por parte das PME para permitir acesso ao mercado de capitais;
- a criação de uma instituição financeira especializada para canalização de fundos estruturais comunitários sob a forma de empréstimos;
- a titularização, com uma garantia supranacional, de crédito hipotecário de elevada qualidade;
- a consulta da Comissão Europeia a respeito da remuneração dos instrumentos utilizados na recapitalização de bancos, tendo em conta as condições de financiamento e crédito em Portugal.

No quadro da estabilidade financeira, serão introduzidas alterações à lei da recapitalização do sistema bancário no sentido de permitir ao Estado, em condições estritamente definidas, exercer o controlo sobre uma instituição ou levar a cabo aumentos de capital obrigatórios. No dia 27 de novembro, o Orçamento de Estado de 2013 teve aprovação final na Assembleia da República com os votos dos partidos da coligação.

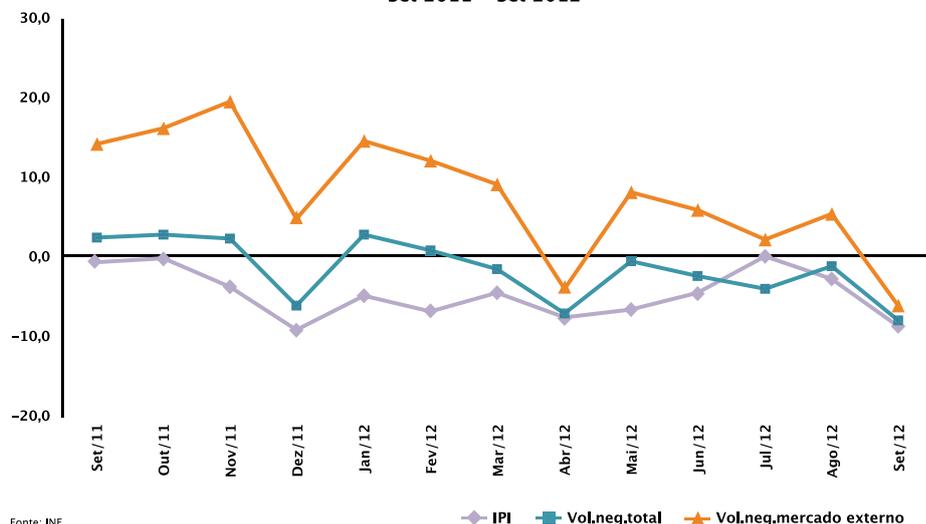
No dia 29 de novembro, o Banco de Portugal referiu, no seu Relatório de Estabilidade Financeira, que a recessão prolongada em Portugal está a ter um forte impacto adverso nas condições de exploração dos bancos. Foi ainda referido que no decurso de 2012 se tem assistido a “uma redução do crédito bancário ao setor privado, se bem que o crédito total às empresas não financeiras tenha registado uma virtual estabilização, registando uma ligeira redução mais recentemente. Uma análise mais desagregada permite concluir que as empresas de maior dimensão têm conseguido sustentar taxas de crescimento

Figura 4: PIB – Variação homóloga e em cadeia (em volume, %) 3T 2011 – 3T 2012



Fonte: INE

Figura 5: Produção Industrial, volume de negócios total e no mercado externo (Variações homólogas em %, nominais no caso do vol.neg.) Set 2011 – Set 2012

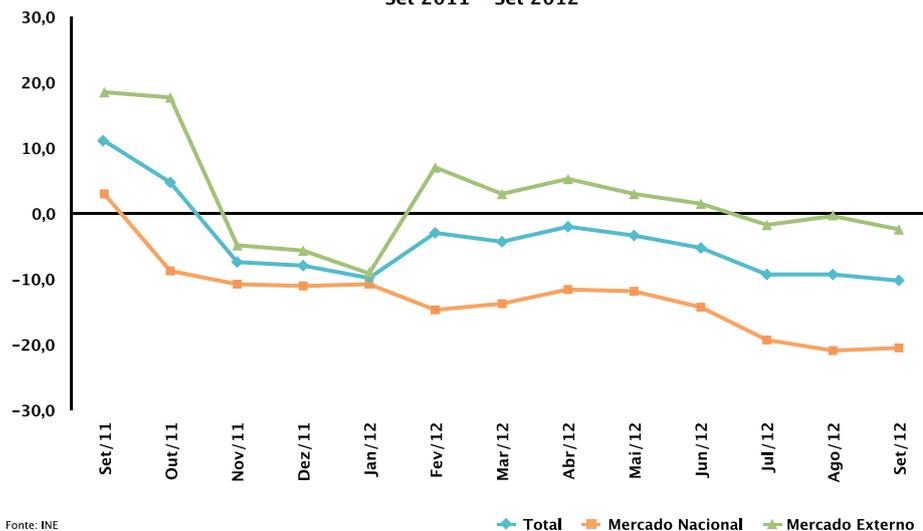


Fonte: INE

relativamente robustas do crédito total através de fontes alternativas ao sistema bancário residente, a que as empresas de menor dimensão não têm normalmente acesso. “No período recente, a redução do crédito nestas empresas só muito parcialmente foi compensada por empréstimos concedidos por sócios ou acionistas. Na medida em que a necessária desalavancagem do setor empresarial reflita restrições não seletivas do lado da oferta de crédito, pode restringir ou mesmo comprometer o desenvolvimento normal da atividade de empresas economicamente viáveis, entre as quais as exportadoras, ou o financiamento de projetos com maior retorno potencial. Nesse contexto, é importante a adoção de medidas de política económica que removam os obstáculos ao financiamento dessas empresas, mas que tenham em conta que não é desejável o refinanciamento sucessivo do crédito bancário de empresas sem viabilidade económica,

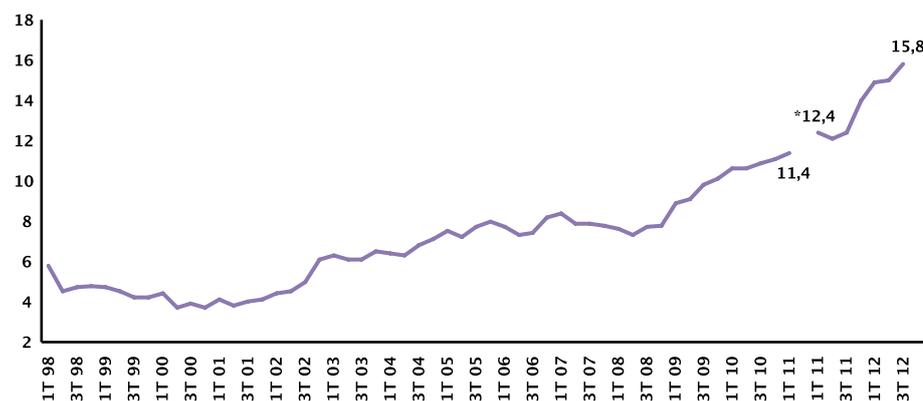
com adiamento do registo de perdas pelos bancos, e com efeitos de crowding out do financiamento sobre as restantes.” Em termos de previsões económicas, no dia 27 de novembro a OCDE divulgou os valores mais desfavoráveis até ao momento em termos de recessão, taxa de desemprego e défice orçamental em 2013. A OCDE espera uma contração do PIB nacional, em termos reais, de 1.8% em 2013 (0.9% nas previsões de maio), que compara com as descidas de 1.6% nas projeções do Banco de Portugal, divulgadas a 13 de novembro, e de 1% nas contas do Governo (Orçamento de Estado) e da Troika, isto após uma queda estimada de 3.1% em 2012. Apesar de tudo, a recuperação de 0.9% do PIB nacional que a OCDE antevê para 2014 é ligeiramente mais otimista do que a projeção da Comissão Europeia (0.8%, datada de 7 de novembro), embora seja inferior à do FMI (1.2%), divulgada a 25 de outubro. O crescimento económico deve-

Figura 6: Índices de novas encomendas na indústria
(mm3 meses das variações homólogas nominais em %)
Set 2011 – Set 2012



Fonte: INE

Figura 7: Portugal – Taxa de desemprego (%)
1T 1998 – 1T 2011 ; * nova série 1T 2011 – 3T 2012



Fonte: INE

rá retomar ainda no final de 2013, “à medida que as condições globais melhoram e as exportações recuperam”. Em relação ao mercado de trabalho, a OCDE espera uma subida da taxa de desemprego para 16.9% em 2013 (16.4% nas projeções do Governo e da Comissão), recuando depois “de forma lenta” para 16.6% em 2014 (15.9% nas projeções da Comissão). Quanto às contas públicas, a OCDE espera que o rácio do défice público no PIB se situe em 5.2% em 2012, 4.9% em 2013 e 2.9% em 2014, nos três anos acima das metas revista na 5ª revisão regular do programa de ajustamento, que a OCDE considera serem ainda “bastante ambiciosas”. Quanto a dados de conjuntura, a primeira estimativa do INE sobre o PIB nacional no terceiro trimestre de 2012 mostrou um reforço do ritmo de quebra homóloga para 3.4%, em termos reais (após uma descida de 3.2% no trimestre anterior), a maior desde o início da recessão, embora o recuo em cadeia se

tenha atenuado de 1.1% para 0.8% (dados com ajustamento de sazonalidade) – Figura 4. Saliente-se que as quebras foram ligeiramente inferiores às previstas pela Comissão Europeia nas recentes projeções de outono (3.5% em termos homólogos e 0.9% em cadeia), divulgadas no dia 7 de novembro. De acordo com a apreciação qualitativa do INE (não há ainda dados disponíveis por grandes componentes de despesa ou ramos), “a procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, traduzindo a redução menos expressiva do Investimento. Em sentido contrário, o contributo positivo da procura externa líquida diminuiu significativamente, em resultado da redução menos acentuada das Importações de Bens e Serviços e do abrandamento das Exportações de Bens e Serviços.” Dados posteriores, do indicador coincidente do Banco de Portugal, apontam para uma menor quebra homóloga da atividade em

outubro, mas a informação mais prospetiva do indicador de clima económico do INE é desfavorável (terceira descida seguida em novembro), sugerindo um agravamento da recessão nos próximos meses. Salienta-se ainda a quebra homóloga nominal de 6.5% das exportações em setembro (após uma subida de 13.9% em agosto), para o que contribuíram as paralisações em alguns portos nacionais, segundo o INE. Quanto à atividade industrial, realça-se, em setembro:

(i) a variação homóloga de -8.9% na produção industrial (-2.9% em agosto, -3.9% no terceiro trimestre e -6.4% no segundo; dados ajustados de efeitos de calendário) e de -8.1% no volume de negócios (-1.3% em agosto, -2.5% no terceiro trimestre e -3.4% no segundo), que se repartiu entre -6.3% no mercado externo (5.3%, 5.2% e 3.2%) e -9.3% no nacional (-5%, -7.6% e -7.9%) – Figura 5. As variações médias anuais situaram-se em -5.1% no índice de produção e -2% no volume de negócios, incluindo 6.9% no mercado externo e -7.6% no mercado nacional;

(ii) a variação homóloga de -10,3% das novas encomendas industriais no terceiro trimestre (-9,4% no trimestre até agosto, -5,3% no segundo trimestre e -4,3% no primeiro), incluindo variações de -20,5% no mercado nacional (-21%, -14,3% e -13,8%) e de -2,4% no mercado externo (-0,4%, 1,5% e 3%) – Figura 6. Apesar da ligeira quebra das encomendas do exterior, refletindo a evolução menos favorável no mercado comunitário, espera-se que o mercado externo continue a ser o principal suporte da atividade industrial, contrariando o forte ajustamento no mercado doméstico; No segundo trimestre, a taxa de desemprego nacional agravou-se para um novo máximo histórico de 15,8% (Figura 7), traduzindo um aumento de 3,4 p.p. em termos homólogos e de 0,8 p.p. em cadeia (nota: os dados não são corrigidos de sazonalidade, que influencia a evolução trimestral). A população desempregada situou-se em 870,9 mil pessoas, correspondendo a um acréscimo homólogo de 26,3% e trimestral de 5,3% (mais 181,3 mil e 44 mil pessoas, respetivamente). A taxa de inflação homóloga medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) recuou para 2,1% em outubro (após 2,9% em agosto), traduzindo um mínimo de dois anos – Figura 8. Excluindo a energia e os bens alimentares, a variação homóloga manteve-se em 1,1%. A variação média anual do IPC geral diminuiu de 3,3% para 3,1%. A evolução do IHPC foi muito semelhante à do IPC (variação homóloga de 2,1% e média anual de 3,1%).

CIP - DIREÇÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS
(elaborado com informação até 29/11/2012)

DOSSIÊ

OE 2013

Apreciação da CIP

Após a apresentação do Orçamento de Estado para 2013, a CIP procedeu à apreciação do documento. Neste artigo, referem-se alguns comentários e propostas da Confederação.

Estratégia orçamental

O Orçamento do Estado para 2013, proposto pelo Governo em 15 de outubro e aprovado pela Assembleia da República, com algumas alterações, em 27 de novembro, caracteriza-se por um conjunto alargado de medidas de consolidação orçamental, com forte incidência no aumento da tributação dos cidadãos e das empresas. Estas medidas têm o objetivo de limitar o défice global das administrações públicas a 7,5 mil milhões de euros, valor correspondente a 4,5% do PIB, por forma a respeitar os compromissos assumidos na quinta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e confirmados depois nas reuniões do Eurogrupo e ECOFIN de 8 e 9 de outubro passados.

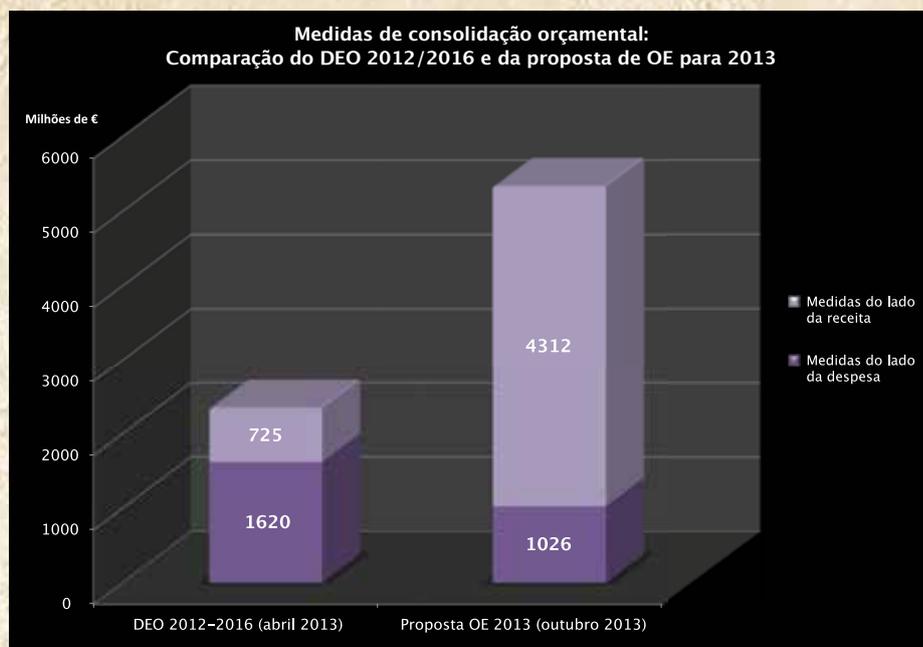
Para respeitar este limite, o Governo propõe-se levar a cabo um esforço de consolidação orçamental que totaliza 3,2% do PIB. Decorre este valor da redução de um défice de 6% do PIB em 2012 (excluindo medidas pontuais extraordinárias) para os já referidos 4,5%, a que acresce o aumento previsto para o montante total de juros da dívida pública (0,1% do PIB) e a compensação do impacto negativo do cenário macroeconómico sobre as variáveis orçamentais (1,6% do PIB).

Constata-se que as medidas necessárias a este esforço de consolidação orçamental, no valor total de 5338 milhões de euros, se repartem em 1026 milhões do lado da redução da despesa (19% do total) e 4312 milhões do lado do aumento da receita (81% do total).

Estes montantes contrastam significativamente com os valores constantes do Documento de Estratégia Orçamental para 2012-2016, de abril de 2012, onde se previa que as medidas de contenção orçamental para 2013 fossem de 2345 milhões de euros, com um contributo de 69% de medidas do lado da redução da despesa e de 31% de medidas do lado do aumento da receita. Com este esforço total de contenção orçamental (menos de metade do que agora é proposto) pretendia o Governo atingir um défice de 3% do PIB em 2013.

Conclui-se, por isso, que, no espaço de seis meses, as dificuldades de execução orçamental do lado da receita fiscal (mesmo com o cumprimento rigoroso dos compromissos assumidos perante a troika), bem como a deterioração do cenário macroeconómico, conduziram a um aumento brutal do esforço de consolidação, apesar da meta agora fixada para o défice ter sido revista de 3% para 4,5% do PIB.

Além disso, neste espaço de seis meses, a estratégia de consolidação alterou-se ra-



dicalmente no que respeita à contribuição relativa das medidas do lado da despesa e da receita, afastando-se largamente do princípio inicialmente estabelecido no Programa de Ajustamento, segundo o qual dois terços do esforço de consolidação orçamental deveriam assentar em medidas do lado da despesa.

Assim, de uma previsão de medidas do lado a receita no montante de 725 milhões de euros (constante do Documento de Estratégia Orçamental de abril) passamos para uma previsão de um montante de 4312 milhões de euros.

Mesmo tendo em conta que parte do agravamento fiscal procura compensar a reposição de um subsídio aos trabalhadores do setor público e de 1,1 subsídios no caso dos aposentados e reformados, a proposta de Orçamento do Estado para 2013 está longe daquele princípio. Sem este efeito, o contributo da redução da despesa seria de 50,6%.

Deduzindo o montante de medidas do lado da receita necessário para compensar aquela reposição, teríamos ainda um total de 2639 milhões de euros.

A CIP lamenta que o processo profundo e abrangente para identificar cortes substanciais na despesa, que, segundo o Governo, conduzirá, em 2014, a poupanças da ordem de 1,75% do PIB não se tenha iniciado mais cedo, evitando-se deste modo, em 2013, um aumento da carga fiscal tão nocivo para os cidadãos e para as empresas. Tal processo deverá passar por uma profunda reforma do Estado e da Administração Pública, sem a qual será impossível reequilibrar de forma sustentável as finanças públicas. Só assim será possível atingir o objetivo estratégico expresso no Programa do Governo de reduzir o peso do Estado para o limite das possibilidades financeiras do país.

Impacto na economia

Conforme a CIP teve já oportunidade de afirmar publicamente, este aumento da carga fiscal exigido às famílias e às empresas terá consequências altamente recessivas sobre o rendimento disponível e sobre o consumo, por um lado, e sobre o investimento empresarial, por outro lado,

ESTAS MEDIDAS TÊM O OBJETIVO DE LIMITAR O DÉFICE GLOBAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS A 7,5 MIL MILHÕES DE EUROS, VALOR CORRESPONDENTE A 4,5% DO PIB

resultando numa reforçada contração do mercado doméstico.

Na opinião da CIP, este impacto foi subestimado na elaboração do cenário macroeconómico subjacente à proposta de Orçamento do Estado para 2013, sobretudo no que diz respeito às rubricas do consumo privado (que se prevê reduzir-se em 2,2% face a 5,9% em 2012) e do investimento (que se prevê reduzir-se em 4,2% face a 14,1% em 2012). Em particular, não nos parece credível o pressuposto de que o investimento empresarial irá melhorar em 2013.

As previsões do Banco de Portugal suportam esta opinião, ao apontarem para 2013 reduções do consumo e do investimento de 3,6% e 10%, respetivamente.

Se considerarmos ainda a sensibilidade das receitas fiscais face à contração da procura interna, sensibilidade essa que poderá estar, também, subestimada nas previsões do Governo, concluímos que estamos perante um elevado risco de execução deste orçamento e ficamos com sérias dúvidas sobre a capacidade de atingirmos os objetivos de consolidação orçamental em 2013.

Em suma, poderemos estar já numa espiral recessiva que põe em causa o sucesso do programa de ajustamento português.

Por isso, a CIP subscreveu o Parecer do Conselho Económico e Social que insiste na necessidade da revisão das condições constantes do Programa de Ajustamento. Um dos aspetos a ter em conta nessa negociação será a do estabelecimento de um maior equilíbrio entre política orçamental e crescimento, mediante a introdução de no-

vas e eficientes medidas fomentadoras de uma retoma da economia e de criação de emprego.

De acordo com o parecer do Conselho Económico e Social, o processo de negociação deve ter lugar no mais curto espaço de tempo, de forma a poder refletir-se nas metas para 2013. A ideia de ganhar tempo, aguardando os resultados da execução orçamental do próximo ano, parece contrária aos interesses do País, pois na provável eventualidade de não serem atingidas as metas para 2013 com o presente Orçamento do Estado, encetaremos negociações com a troika numa posição de maior fragilidade.

Para além do impacto global do aumento da tributação sobre o mercado doméstico, a CIP assinala ainda algumas medidas com um efeito direto sobre as empresas, que vêm agravar a situação financeira extremamente difícil em que se encontram, na sua esmagadora maioria.

Entre estas medidas destaca-se o agravamento dos pagamentos por conta e a eliminação da possibilidade de não realização ou redução do segundo pagamento por conta, bem como a introdução de limites à dedução dos encargos financeiros em sede de IRS.

Esta última medida incidirá sobre as empresa que se encontram já debilitadas por força de elevados níveis de endividamento, sendo estas que necessitam urgentemente de medidas destinadas a facilitar a sua recapitalização, não de aumentos de tributação que agravem a sua já difícil situação.

Medidas de estímulo

A CIP retém como positivas as medidas de estímulo à competitividade, emprego e investimento que constam da proposta de Orçamento do Estado para 2013, considerando, contudo, que ficam muito aquém daquilo que seria necessário para compensar os efeitos recessivos que inevitavelmente resultarão da estratégia adotada.

Contudo, algumas dessas medidas, nomeadamente o alargamento e reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, incluindo uma componente de dedução de lucros retidos e reinvestido, constam de autorizações legislativas e dependem do acordo da troika. Esperamos do Governo a maior firmeza na sua defesa e que a posteriormente anunciada intenção de introduzir uma profunda reforma no IRC não prejudique a celeridade na concretização destas medidas.

Relativamente à criação de um regime de IVA de caixa, facultativo, para microem-

presas, a CIP discorda da obrigação de liquidar o imposto devido pelas faturas não pagas, no último período de cada ano civil. Esta obrigação perverte a própria natureza deste regime e reduz muito significativamente os efeitos positivos que teria para a tesouraria das empresas.

Propostas da CIP

Finalmente, recordam-se algumas das medidas de estímulo à competitividade e ao financiamento das empresas que a CIP tem vindo a propor e que não se encontram previstas neste Orçamento do Estado:

Em primeiro lugar a redução seletiva da TSU a cargo das empresas dos setores de bens e serviços transacionáveis.

A CIP contestou a medida de desvalorização fiscal anunciada em 7 de setembro. A CIP questionou a eficácia global e eficiência que o modelo então proposto teria. A eficácia, devido ao agravamento da contração do mercado doméstico que provocaria, com reflexos muito negativos nas PME de menor dimensão que trabalham essencialmente para o mercado interno. A eficiência, pelo facto de, não prevendo qualquer seletividade na redução das contribuições a cargo das empresas, implicar, em alguns setores, custos para as finanças públicas que não se repercutiriam em efeitos favoráveis à economia como um todo.

No entanto, a CIP continuou a insistir que uma redução da TSU para as empresas é decisiva para o reforço da competitividade dos setores de bens e serviços transacionáveis expostos à concorrência internacional.

Relativamente ao financiamento das PME, a CIP defendeu a criação de condições necessárias para o reforço dos capitais próprios ou permanentes das empresas, através da efetiva operacionalização de instrumentos de capital de risco, de “quase capital” e de conversão de créditos em capital próprio. A recapitalização das empresas é tanto ou mais urgente e fundamental quanto a recapitalização da banca.

A CIP tem defendido, igualmente, algumas medidas destinadas a tornar mais eficaz a utilização das linhas de crédito às PME parcialmente garantidas pelas sociedades de garantia mútua.

São estas algumas das medidas de estímulo à competitividade e ao crescimento que a CIP pretende ver inseridas numa estratégia orçamental que associe ao objetivo de reequilíbrio das finanças públicas um objetivo de criação de condições propícias à recuperação económica baseada no aumento da competitividade das empresas. ◉

ESTÍMULO

A CIP retém como positivas as medidas de estímulo à competitividade, emprego e investimento que constam da proposta de Orçamento do Estado para 2013

Quatenus

WORLDWIDE INTELLIGENT LOCATION



FLEET EDITION

YOU ARE IN CONTROL OF YOUR FLEET

LOCALIZAÇÃO DE VIATURAS EM TEMPO REAL.

GESTÃO DE FROTA COMPLETA.

Contacte-nos!

- WWW.QUATENUS.PT
- PORTUGAL@QUATENUS.EU
- 939 395 003 (mobile)
- 210 103 900 (geral)



Principais alterações Fiscais no OE 2013

Ao nível fiscal, o Orçamento de Estado para 2013 introduz algumas alterações significativas que terão impacto na actividade das empresas e na vida dos cidadãos. Neste artigo, elencam-se as principais mudanças que vão ocorrer

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)

Destacam-se como principais medidas:

1. Novos limites à dedutibilidade de juros e outros gastos de financiamento

que as empresas podem fazer no IRC.

As empresas apenas poderão apresentar como custo: (i) um máximo de três milhões de euros de gastos financeiros, ou; (ii) 30% do resultado antes de impostos, depreciações e gastos de financiamento líquidos, de acordo com o limite maior. Neste âmbito, as empresas beneficiarão de um período de transição, até 2017, de acordo com o qual limite será de 70% em 2013, 60% em 2014, 50% em 2015 e 40% em 2016. O limite de 30% será aplicado nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Assim, no próximo ano, as empresas que tenham gastos financeiros líquidos superiores a três milhões de euros poderão deduzi-los até à concorrência de 70% do seu lucro antes de impostos, depreciações, sempre que este último limite seja maior do que o primeiro.

Ainda neste âmbito, estabelece-se que os encargos que não sejam dedutíveis, por superarem os limites previstos, poderão ser abatidos como custo nos cinco anos seguintes.

Paralelamente, as empresas que tenham gastos inferiores a 30% do resultado antes de impostos, gastos líquidos e depreciações, podem usar a parte não utilizada desse limite "em cada um dos cinco períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização".

2. Derrama Estadual - Será aplicada uma taxa de 5% ao lucro tributável acima dos 7,5 milhões de euros (anteriormente era a partir dos 10 milhões de euros). Assim, o lucro



tributável a partir de 1,5 milhões e até aos 7,5 milhões de euros paga uma taxa de 3%. A partir desse valor, é aplicada a nova taxa de 5%.

3. Pagamentos Adicionais por Conta

As regras aplicáveis aos pagamentos adicionais por conta passam a ser determinados pela aplicação ao lucro tributável do exercício anterior das taxas de 2,5% sobre a parcela do lucro tributável entre €1.500.000 e €7.500.000 e de 4,5% sobre a parcela que exceda €7.500.000 (atualmente, a taxa de 4,5% aplica-se sobre o lucro tributável que exceda €10.000.000).

As alterações relativas à derrama estadual e aos pagamentos adicionais por conta aplicam-se aos lucros tributáveis referentes ao período de tributação que se inicie após 1 de Janeiro de 2013.

4. Pagamentos por Conta - É alterada a fórmula de cálculo dos pagamentos por conta de IRC, conduzindo a um agravamento destes pagamentos que as empresas têm de fazer no próximo ano. De facto, a base destes pagamentos passa a ser de 95% e de 80%, consoante tenham um volume de negócios superior ou abaixo de 500 mil euros.

Na verdade, de acordo com o regime ainda em vigor, as empresas podem não fazer o segundo e o terceiro pagamento por conta do ano (em Setembro e Dezembro), caso verifiquem que no primeiro pagamento por conta (em Julho) já anteciparam ao Estado mais do que o IRC que será necessário para cobrir o imposto do ano.

Com o OE 2013 as empresas serão obrigadas a fazer o segundo pagamento por conta. Só o de Dezembro passa a ser dispensável, ou seja, só o terceiro pagamento por conta é dispensável.

5. Taxas - Regista-se o aumento de 15% para 25% da taxa aplicável aos seguintes rendimentos obtidos em Portugal por entidades que aqui não tenham sede nem direção efetiva: (i) rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial; (ii) rendimentos derivados do uso de equipamento agrícola, industrial, comercial ou científico; (iii) comissões por intermediação na celebração de quaisquer contratos e rendimentos de prestações de serviços; (iv) rendimentos prediais.

6. Contribuição para o Setor Bancário - É prorrogada para 2013.

7. Incentivos ao Investimento - Consta de uma autorização legislativa a revogação

do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e a sua incorporação no Código Fiscal de Investimento, destacando-se as seguintes alterações:

- O alargamento do RFAI, conferindo-lhe carácter permanente até 2017;

- Aumento do limite de dedução anual à coleta do IRC para uma percentagem de dedução entre os 25% e os 50%;

- Introdução de um incentivo fiscal adicional através de uma dedução à coleta de IRC correspondente a uma percentagem a definir até 10% do valor dos lucros retidos e reinvestidos e das entradas de capital efetuadas até 31 de Dezembro de 2017;

- Alargar o regime da dedução à coleta de IRC dos investimentos elegíveis, designadamente em caso de reinvestimento de lucros do exercício até 2017, com possibilidade de dedução em cinco exercícios futuros;

- Relativamente aos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual, esta autorização prevê o alargamento do seu âmbito a investimentos de montante igual ou superior a 3 000 000 € (atualmente é de 5.000.000 €);

- No que se refere aos investidores de capital de risco e sociedades de capital de risco, prevê-se a possibilidade de vir a ser estabelecida uma dedução até à concorrência da coleta de IRS ou IRC, correspondente a uma percentagem que poderá ascender a um máximo de 20% das entradas de capital efetuadas nos primeiros três exercícios de atividade de empresas recém constituídas, com um limite de 10.000 €.

8. Novo Imposto sobre a Generalidade das Transações Financeiras

O Governo fica autorizado a criar um imposto a aplicar às transações financeiras realizadas em mercado secundário.

IRC
É alterada a fórmula de cálculo dos pagamentos por conta de IRC, conduzindo a um agravamento destes pagamentos

Paralelamente à apresentação da PLOE 2013, o Governo anunciou que está a ser preparada uma simplificação e reforma geral do IRC, a qual será apresentada em fevereiro de 2013.

De acordo com declarações do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais durante o debate do Orçamento para 2013, está em causa, neste âmbito, uma revisão das regras de tributação do IRC, a definição da matéria coletável, o reporte de prejuízos e o regime especial de tributação de lucros das sociedades e incentivos e benefícios fiscais à promoção da internacionalização.

Inclui-se também aqui a proposta de criação de uma taxa de IRC de 10%, ou seja, criação de um escalão reduzido para empresas entre três e cinco milhões de euros que invistam em Portugal.

Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA

Não se registando alterações ao nível das



taxas do imposto, destacam-se com principais alterações:

1. Vendas de produtos agrícolas passam a pagar 6% de IVA - A transmissão de bens e prestação de serviços no âmbito de explorações agrícolas, perde a isenção de que até agora beneficiava e passa passar a estar sujeita à taxa reduzida.

2. Regime de Exigibilidade de Caixa - um regime de IVA simplificado e facultativo de contabilidade de caixa fica sujeito a autorização legislativa.

No âmbito deste regime, nas operações realizadas por estas empresas, o imposto torna-se exigível no momento do recebimento, e o direito à dedução do IVA será exercido no momento do efetivo pagamento.

Este regime está limitado às empresas com um volume de negócios anual até 500.000 euros e que optem por este regime por um período mínimo de dois anos.

A opção por este regime obriga ainda, no último período de cada ano civil, à liquidação do imposto devido pelas faturas não pagas, bem como, autorização por parte do sujeito passivo para levantamento do sigilo bancário.

Ainda que as empresas optem por este regime, o mesmo não se aplica às seguintes operações relativas à importação, exportação e atividades conexas; às transmissões e aquisições intracomunitárias de bens e operações assimiladas; às prestações intracomunitárias de serviços; e às operações em que o destinatário ou adquirente seja o devedor do imposto.

3. O Regime de Regularização de IVA nos Créditos de Cobrança Duvidosa e Incobráveis - é alterado no que se refere ao âmbito de aplicação e aos procedimentos, ou seja ao sistema de controlo pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Este controlo será inteiramente informatizado e assentará na noção de crédito de cobrança duvidosa (créditos em mora, há mais de 24 meses), desde que existam provas objetivas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

Assim, cumpridos os requisitos que determinam a consumação do risco de incobrabilidade, os sujeitos passivos de IVA poderão apresentar, por via eletrónica, um pedido de autorização prévia para promover a regularização do IVA relativo ao seu crédito, podendo deduzir o respetivo imposto, evidenciando-o como tal na contabilidade.

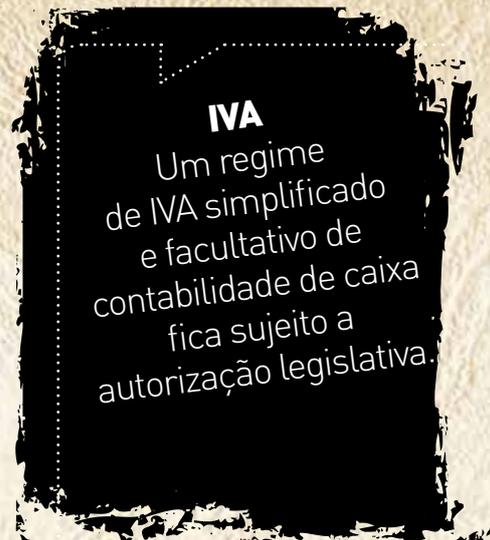
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS

Destacam-se como principais alterações:

1. Taxas Gerais do Imposto - Os escalões de rendimento são reduzidos de oito para cinco, sendo introduzidas novas taxas marginais, com aumento da taxa mínima para 14,5% e da máxima para 48% (atualmente, estas taxas são de 11,5% e 46,5%, respetivamente).

Novos Escalões para 2013	
Até 7 mil €	14,5%
De 7 mil a 20 mil €	28,5%
De 20 mil a 40 mil €	37%
De 40 mil a 80 mil €	45%
Mais de 80 mil €	48%

Escalões Antigos	
Até 4.898 €	11,5%
De 4.898 a 7.410 €	14%
De 7.410 a 18.375 €	24,5%
De 18.375 a 42.259 €	35,5%
De 42.259 a 61.244 €	38%
De 61.244 a 66.045 €	41,5%
De 66.045 a 153.300 €	43,5%
Mais de 153.300 €	46,5%



Estas novas taxas aplicam-se aos rendimentos de 2013, a declarar em 2014. No entanto, o Governo atualizará as tabelas de retenção na fonte já no início do ano, ajustando, assim as retenções na fonte, ou seja, o montante que a cada mês é retirado do vencimento dos portugueses, às novas taxas.

2. Sobretaxa de 3,5% - Esta sobretaxa será aplicada aos rendimentos sujeitos a IRS e pagos durante o próximo ano, à semelhança do que já ocorreu em 2011 nos subsídios de Natal. Esta sobretaxa vai incidir sobre a parte do rendimento que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida. É possível deduzir à coleta da sobretaxa o montante correspondente a 2,5% do valor da retribuição mínima mensal, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS.

Ficam ainda sujeitos à sobretaxa os seguintes rendimentos sujeitos a taxas especiais: (i) rendimentos das categorias A e B auferidos por residentes não habituais em atividades de elevado valor acrescentado; (ii) acréscimos patrimoniais não justificados; (iii) rendimentos de capitais devidos por entidades domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal mais favorável, que não tenham sido sujeitos a retenção na fonte em Portugal.

O pagamento da sobretaxa será mensal, através de retenção na fonte sobre a parte do valor do rendimento mensal líquido que exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

3. Taxa de Solidariedade - Ao escalão mais elevado de rendimento, mais de 80 mil euros, é aplicada uma taxa de solidariedade



de 2,5%. Para rendimentos acima de 250 mil euros, a taxa de solidariedade passa a ser de 5%.

4. Deduções à Coleta - As tabelas de limitação das deduções à coleta relativas a despesas de saúde, educação, encargos com lares e pensões de alimentos e encargos com imóveis e benefícios fiscais, são ajustadas à nova estrutura de taxas, ou seja, à redução do número de escalões do IRS.

Escalão de rendimento	Limite
Até 7 000	sem limite
De mais de 7 000 até 20 000	1250
De mais de 20 000 até 40 000	1000
De mais de 40 000 até 80 000	500
Superior a 80 000	-

5. Encargos com Imóveis - Os limites da dedução à coleta dos encargos com imóveis são reduzidos para 296 € (atualmente são de 591 €). Estão em causa os juros de dívidas, prestações, e rendas, em qualquer dos casos, por contrato celebrado até 31 de dezembro de 2011.

A dedução à coleta de renda de prédio urbano para fins de habitação permanente, quando referente a contratos de arrendamento celebrados no âmbito do Regime do Arrendamento Urbano ou do Novo Regime de Arrendamento Urbano, é 502 € (era de 591 €).

Estes limites são majorados em 50% e em 20% para os sujeitos passivos cujo rendimento coletável se enquadre no 1.º e 2.º escalões, respetivamente, ou seja até 7.000 € e mais de 7.000 a 20.000 €.

6. Rendimentos Prediais – Poderão, de acordo com a opção do sujeito passivo, ser tributados a uma taxa liberatória de 28%, ou então, tal como no atual regime, isto é, o sujeito passivo pode optar pelo englobamento e pagar a taxa respetiva.

Com o objetivo de incentivar o mercado do arrendamento, equipara-se este regime fiscal ao que é aplicável à generalidade dos investimentos, designadamente os imobiliários.

7. Rendimentos de Capitais e Mais-valias – Regista-se um agravamento das taxas para 28%. Recorde-se que no âmbito do Pacote Fiscal para 2012, estas taxas foram objeto de agravamento de 25% para 26,5%.

Segurança Social

1. O Valor do IAS – Indexante dos Apoios Sociais continua a ser de 419,22 €.



2. Administradores e Gerentes de Sociedades - Podem beneficiar de proteção social no desemprego, sendo a taxa contributiva de 23,75% e 11%, respetivamente, para as entidades empregadoras e administradores e gerentes.

3. Prestações de Doença e Desemprego - Passam a estar sujeitas ao regime de contribuições para a segurança social à taxa de 5% e de 6%, respetivamente.

Benefícios Fiscais

O OE 2013 prevê uma autorização legislativa para o Governo alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais no sentido de consagrar um conjunto de medidas com o objetivo de consolidar as condições de competitividade da economia e proporcionar um ambiente fiscal favorável ao investimento. (Fazemos uma referência mais detalhada a esta autorização legislativa, no âmbito do IRC).

1. O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) – É prorrogado até 31 de Dezembro de 2013 o prazo de vigência deste regime de apoio.

2. Planos de Insolvência, Pagamentos ou Liquidação – A concessão dos benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, Imposto do Selo e IMT que lhes são aplicáveis passam a ser extensíveis aos planos de recuperação. Estes benefícios estarão, a partir do próximo ano, sujeitos a reconhecimento prévio da Autoridade Tributária.

3. Pequenos Investidores – O OE 2013 revoga a isenção de IRS relativamente ao

saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação de ações, obrigações e outros títulos de dívida.

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O Governo mantém a cláusula de salvaguarda do IMI. Esta cláusula criou um regime transitório, que se deverá manter em vigor durante três anos, limitando o imposto a pagar em 2013 e 2014, pela posse de imóveis, relativo a 2012 e 2013, ao maior de dois valores: 75 € ou um terço do aumento face à reavaliação geral do património que está a decorrer.

Impostos Especiais de Consumo

1. Gás Natural - O fornecimento ao consumidor final será tributado a uma taxa de €2,84/gigajoule, no âmbito do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos;

2. Eletricidade - A taxa aplicável é alterada para €1 a €1,1 (era de €0 a €1);

3. Imposto sobre o Tabaco - Charutos e cigarilhas passam a ser tributados a 25% (era 15%).

4. Imposto Único de Circulação – Verifica-se um aumento das taxas em todas as categorias.

Procedimento Tributário

Com o objetivo de garantir a cobrança efetiva de créditos, a pendência de inquéritos criminais passa a determinar a suspensão do prazo de prescrição das dívidas fiscais. ☺

Apreciação da CIP à 5^a e 6^a avaliação da troika

A quinta avaliação regular do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal) constituiu um marco importante no processo de ajustamento da economia portuguesa

EMBORA tenha afirmado que, em termos gerais, “o programa continua no bom caminho” e que “o desempenho das exportações é melhor do que o previsto”, a troika constatou que “o aumento do desemprego, a redução do rendimento disponível e uma deslocação das bases de tributação para atividades com menor tributação estão a ter consequências na cobrança de impostos”. Assim, “embora o comportamento da despesa em 2012 seja melhor do que o estimado no orçamento, as receitas são significativamente inferiores às previstas”.

O relatório desta quinta avaliação afirma que a contração da procura doméstica “foi mais

forte do que o esperado”. Sendo claro que foi esta a causa do desvio registado na evolução das receitas públicas, e portanto das dificuldades surgidas no processo de consolidação orçamental, não encontramos, contudo, neste relatório, uma análise dos fatores que determinaram uma queda da procura doméstica significativamente superior às previsões. Mais concretamente, não há qualquer referência ao facto do impacto recessivo das próprias medidas de consolidação orçamental ter sido superior ao inicialmente previsto.

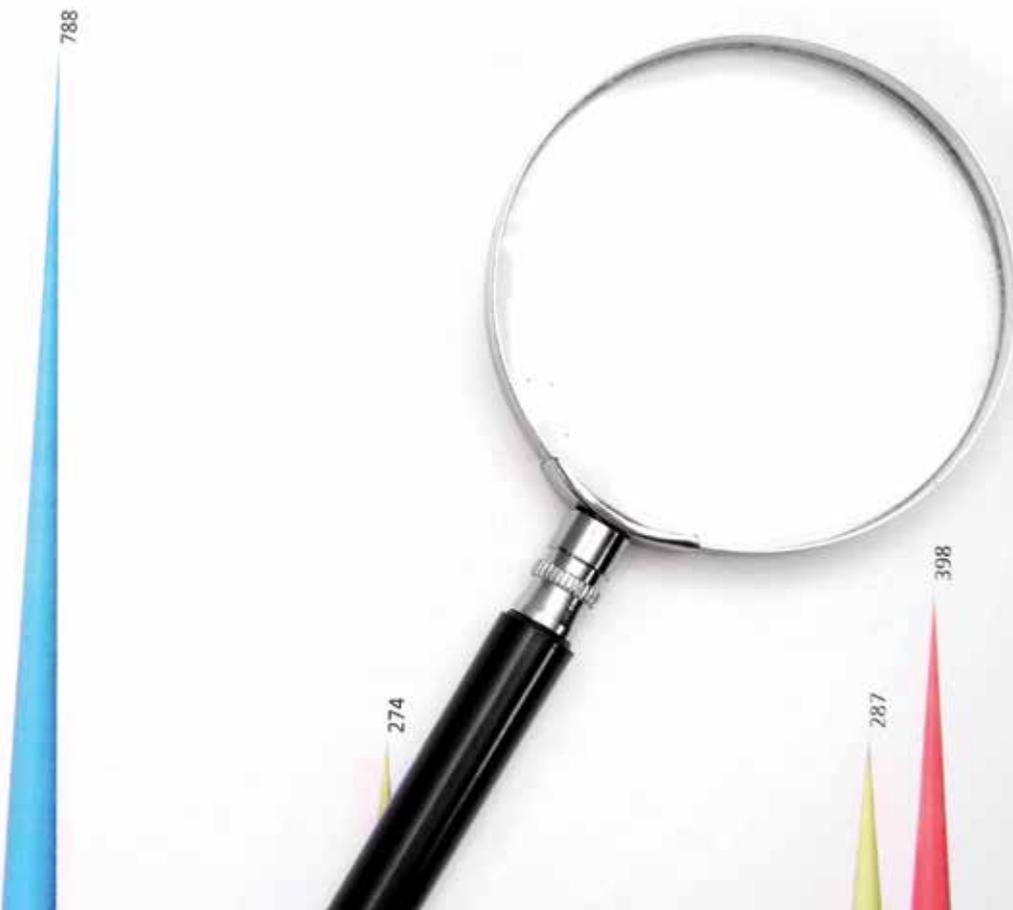
A troika evitou, assim, qualquer assunção de responsabilidades na evolução registada. No entanto, concluiu que “as opções políticas têm de conseguir um equilíbrio entre

progredir no ajustamento orçamental necessário e evitar a pressão excessiva sobre a economia”.

Neste contexto, e porque “o desvio orçamental foi avaliado como estando essencialmente fora do controlo do Governo”, foi considerada apropriada uma revisão das metas para o défice de forma a acomodar parte desse desvio.

O fim previsto da situação de défice excessivo foi adiado por um ano, com as metas do défice orçamental em percentagem do PIB a passarem de 4,5% para 5% em 2012 e de 3% para 4,5% em 2013, estabelecendo-se um valor de 2,5% em 2014.

Segundo a troika, “esta trajetória revista permitirá ao governo conceber e aplicar medidas orçamentais estruturalmente sólidas e, ao mesmo tempo, aliviar os custos econó-



micos e sociais do ajustamento orçamental a curto prazo”.

Contudo, porque apenas parte do desvio orçamental foi acomodado e porque o cenário macroeconómico é agora mais desfavorável, a prossecução das novas metas exigirá medidas adicionais de consolidação, tendo sido acordadas “medidas permanentes do lado da despesa e da receita para alcançar o objetivo de défice para 2013”, medidas essas que se vieram a refletir no Orçamento do Estado para o próximo ano. O relatório constata ainda que “o ajustamento orçamental se deslocou fortemente para o lado das receitas, no curto prazo”, considerando que, “numa perspetiva de futuro, a composição das medidas de consolidação deve ser reequilibrada para o lado das despesas, que é mais favorável ao crescimento a médio prazo”.

Relativamente ao cenário económico para 2013, o relatório prevê que a atividade económica será afetada pela diminuição do estímulo proveniente da procura externa e pelo impacto das medidas adicionais de consolidação orçamental. Assim, o crescimento do PIB em 2013 foi revisto em baixa para -1% em 2013 e 1,2% em 2014.

Quanto aos restantes pilares do PAEF, a troika afirmou que “continua a ser crucial a realização de progressos nas reformas estruturais a fim de colocar a economia numa trajetória de crescimento sustentável”. Foram enfatizadas as reformas realizadas, em curso e previstas, em diversas frentes, “destinadas a reforçar a competitividade, o emprego e o crescimento potencial”.

Na vertente da estabilidade financeira, foram relatados os progressos relativamente à recapitalização e à desalavancagem do sistema bancário. Reconhece-se contudo que “o acesso ao crédito em condições razoáveis continua a ser difícil para determinados setores da economia”. A este respeito a troika afirma que estão a ser preparados diversos instrumentos com vista a assegurar que as empresas viáveis, nomeadamente nos setores dos bens transacionáveis, possam obter financiamento adequado para as suas atividades. São referidos esforços para encontrar fontes de financiamento alternativas, sobretudo para PME, mas não se vislumbram medidas capazes de ultrapassar eficazmente os graves constrangimentos que se verificam.

Apreciação da CIP

Na sequência da declaração em que o Ministro das Finanças deu conta dos resultados desta quinta avaliação, a CIP emitiu um comunicado em que considerou “positivo o

CIP em reunião com a troika

No passado dia 13 de novembro, a CIP participou numa reunião dos representantes da Comissão Europeia, FMI e Banco Central Europeu com os parceiros sociais presentes no Conselho Económico e Social, no âmbito da sexta avaliação do Programa de Ajustamento.

Nesta reunião, a CIP alertou para o facto do desempenho do setor exportador só ser sustentável se as empresas tiverem acesso ao financiamento de que necessitam para investir. Lembrando os números que comprovam a intensidade cada vez maior da queda dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro às empresas, afetando sobretudo as PME, a CIP afirmou que uma urgente resposta a este problema não é apenas uma condição indispensável para a retoma do investimento empresarial, é também indispensável para evitar a destruição do nosso setor produtivo.

A CIP referiu as suas objeções à proposta de Orçamento do Estado para 2013, em particular no que se refere ao efeito recessivo que o agravamento fiscal terá e ao adiamento da imprescindível tomada de medidas estruturais do lado da despesa, sem as quais será impossível reequilibrar de forma sustentável as finanças públicas.

A CIP expressou as suas dúvidas sobre a capacidade de, com esta estratégia, atingirmos os objetivos de consolidação orçamental em 2013. Este cenário representaria um falhanço para Portugal, mas também um falhanço para a Europa. Não nos podemos resignar a esta deriva.

Ficou assim justificada a subscrição pela CIP do Parecer do Conselho Económico e Social que insiste na necessidade da revisão das condições constantes do Programa de Ajustamento.

Um dos aspetos a ter em conta nessa negociação será a do estabelecimento de um maior equilíbrio entre política orçamental e crescimento, mediante a introdução de novas e eficientes medidas fomentadoras de uma retoma da economia e de criação de emprego. A este propósito, foram lembradas as propostas de estímulo à competitividade e ao financiamento das empresas que a CIP tem vindo a propor. Finalmente, a CIP contestou a decisão recentemente tomada pelo Governo sobre a emissão de portarias de extensão, reafirmando a sua posição pública, na qual considera que tal decisão, ao inviabilizar, na prática, a emissão de portarias de extensão dos contratos coletivos de trabalho, favorece a deslealdade concorrencial, desincentiva e desagrega o associativismo, fomenta a atividade económica informal e fere de morte a contratação coletiva.

COMISSÁRIO EUROPEU OUVU CIP

No dia 18 de outubro, a CIP organizou um almoço de trabalho com o Comissário Algirdas Šemeta, responsável pela Fiscalidade e União Aduaneira, Auditoria e Luta contra a Fraude.

Nesta ocasião, a CIP teve oportunidade de apresentar a sua posição relativamente à necessidade de se proceder, em Portugal, a uma redução seletiva da TSU a cargo das empresas, aplicável unicamente aos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

A este propósito, o Comissário afirmou que Portugal não se deve sentir inibido, à partida, de desenhar uma medida neste sentido, cuja compatibilidade com as regras europeias de concorrência teria de ser avaliada pela Comissão Europeia. Só perante uma proposta concreta é que a Comissão se poderá pronunciar: “Cada caso é um caso, e será avaliado enquanto tal”, reafirmou mais tarde o Comissário, em declarações à imprensa.

Neste encontro, onde esteve em foco a questão do impacto da tributação na competitividade, estiveram em análise diversos outros assuntos, como o imposto sobre as transações financeiras e a estratégia da Comissão Europeia sobre o futuro do IVA.



alargamento por mais um ano das metas orçamentais, tendo em conta a evolução da realidade económica interna e externa”, devendo o Governo “aproveitar esta flexibilização para conceber e implementar medidas de carácter estrutural com um impacto mais significativo na despesa pública, medidas essas que, na nossa opinião, continuam a tardar”.

De facto, como a CIP afirmou, “se o Governo tornou agora mais claras as medidas de agravamento da carga fiscal e para-fiscal que irá tomar, não procedeu ainda à definição rigorosa, quantificação e calendarização das medidas de redução da despesa”. A CIP lamentou a “estratégia de ajustamento das finanças públicas pelo lado da receita, resultando previsivelmente em menos investimento, numa reforçada contração da economia e numa menor competitividade fiscal”. A CIP reafirmou a este propósito que “não será possível atingir os objetivos propostos pela via de um novo aumento da carga fiscal sobre a economia, que dificilmente terá repercussões na receita arrecadada”.

“Só através de uma reforma profunda do Estado e da Administração Pública será possível alcançar um equilíbrio sustentável das finanças públicas”.

Desvalorização fiscal

A declaração da CE, do BCE e do FMI sobre a quinta missão de avaliação em Portugal, em 11 de setembro, referia ainda que o governo tencionava “reduzir as contribuições para a segurança social das entidades patronais, o que iria melhorar a competitividade e apoiar o emprego”.

A este respeito, a CIP reafirmou as suas propostas para uma redução seletiva da TSU, como forma de estimular a competitividade sem penalizar salários, mas mostrou-se muito crítica relativamente ao modelo então proposto pelo Governo e entretanto abandonado face à forte e generalizada contestação de que foi alvo.

A CIP discordou que a redução da TSU para as empresas tivesse como contrapartida o aumento das contribuições a cargo

dos trabalhadores. Tal aumento provocaria uma nova contração no mercado doméstico, com reflexos muito negativos nas PME de menor dimensão que trabalham essencialmente para o mercado interno.

Além disso, ao contrário do que tem sido preconizado pela CIP, estaríamos perante uma redução da TSU generalizada a todas as empresas. No caso de alguns dos mais importantes setores não transacionáveis, não estava assegurado que os ganhos proporcionados por esta medida fossem repercutidos na redução de preços e custos para as empresas de que são fornecedores e não em aumentos das margens de lucro.

A sexta avaliação do Programa de Ajustamento

A declaração da CE, do BCE e do FMI sobre a sexta missão de avaliação em Portugal não alterou nem o diagnóstico, nem a linha de atuação decorrentes da revisão de setembro, apelando à “perseverança e forte empenhamento no momento em que se inicia a segunda metade do programa”. Afirma-se que “está em curso uma avaliação da despesa”, cujos resultados “serão debatidos durante a sétima avaliação, incluindo no que se refere a medidas destinadas a abordar os potenciais riscos de implementação da política orçamental em 2013”.

Refere-se também que “foi lançada uma abrangente reforma do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas a fim de promover o investimento e a competitividade, sem prejuízo da compatibilidade com as regras da UE nesta matéria”.

Em termos globais, a avaliação “confirma que estão a ser feitos sólidos progressos”. A CIP declarou, a propósito destes resultados, que “é essencial que a segunda metade do plano de ajustamento, cumpridas seis das doze revisões previstas, se centre no apoio ao financiamento das empresas, em medidas de reforço da competitividade e na reforma efetiva do Estado, sem a qual não é possível reduzir a carga fiscal para níveis suportáveis pela economia”.

A CIP considerou positiva a intenção de uma reforma profunda e abrangente do IRC, que se traduza numa menor carga fiscal sobre as empresas num contexto de concorrência internacional, permitindo-lhes aumentar o investimento e o emprego, e assim promover o crescimento económico e inverter a subida da taxa de desemprego para sucessivos máximos históricos.

Pela negativa, foi referida a falta de medidas que a CIP considera essenciais para assegurar o financiamento das empresas, em particular a criação de fundos de recapitalização. No domínio do financiamento, é ainda crucial que os bancos, em particular os apoiados pelo Estado nos seus planos de recapitalização, providenciem crédito a preços mais acessíveis às empresas, até porque beneficiam ainda de condições excecionais de financiamento junto do BCE.

A CIP voltou a insistir na sua proposta para uma redução seletiva da TSU, concentrando o impacto nos setores mais relevantes para a competitividade externa da nossa economia. ☉



40 ANOS EM PORTUGAL

www.ticket.pt

Cartão Electrónico



Os subsídios de refeição, quando atribuídos em vales refeição (Ticket Restaurant), permitem uma economia fiscal de mais 60% comparativamente com o pagamento processado em dinheiro.

SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO EM TICKETS

LIMITE DE ISENÇÃO (OE 2013)		
DIA	MÊS	ANO
€ 6,83	€ 150,30	€ 1.653

- Assegura uma alimentação adequada
- Contribui para o seu bem-estar físico e psicológico
- Possibilita o aumento de produtividade
- Aumenta o salário líquido sem encargos sociais

Contacte uma das nossas 4 Delegações Regionais e saiba como pode manter regalias sociais sem agravamento de encargos.

Delegação Sul
Av Infante Santo, 23-1º Esqº.
1350-177 LISBOA
Tel. 210 420 325 • Fax 210 420 365

Delegação Norte
Rua João Andresen, 90-2º Dto.
4250-242 PORTO
Tel. 228 302 900 • Fax 228 302 904

Delegação Centro
Rua Álvaro Pires de Miranda,
Lt. 46-1º Dto. A • 2415-069 LEIRIA
Tel. 244 826 378 • Fax 244 823 689

Delegação Madeira
Travessa do Pina, 20
9050-074 FUNCHAL
Tel. 291 225 727 • Fax 291 230 694

ENCONTRO EMPRESARIAL LUSO-ALEMÃO

Promover as oportunidades de cooperação

Por ocasião da visita da Chanceler alemã, Angela Merkel, a Portugal, o setor empresarial dos dois países, representado pela CIP e pela sua congénere alemã BDI - Federação da Indústria Alemã, e representado também pela DIHK - Associação das Câmaras de Comércio e Indústria alemãs, decidiram organizar um Encontro Empresarial, em colaboração com a CCILA/AHK - Câmara de Comércio e Indústria Luso – Alemã e a AICEP, para promover as oportunidades de cooperação empresarial luso-alemã



Angela Merkel participou na Sessão de Encerramento do Encontro de Empresários Luso-Alemão

NAS CONCLUSÕES deste Encontro, que seguidamente se apresentam, os empresários de ambos os países tiveram a oportunidade de transmitir diretamente aos Chefes de Governo alemão e português, participantes na Sessão de Encerramento, as principais preocupações e desafios das empresas alemãs e portuguesas face à situação económica atual no contexto do desejado reforço do relacionamento de ambas as economias.

O Encontro Empresarial Luso – Alemão foi ocasião para demonstrar a vontade das empresas dos nossos dois países em:

- reforçar o intenso relacionamento económico entre a Alemanha e Portugal;
- cooperar mais intensamente, tirando partido das suas potencialidades e complementaridades;
- melhorar a competitividade das nossas economias, em ordem ao crescimento económico e à criação de emprego;
- aprender com as experiências de sucesso, nomeadamente nos domínios da Qualificação Profissional, Investigação & Desenvolvimento e Inovação.

No primeiro painel, vários testemunhos deixaram bem expressas as potencialidades

que a cooperação empresarial encerra, com benefício mútuo, nas suas diferentes vertentes comerciais e de investimento. Precisamos replicar estes exemplos de sucesso.

Ficou também patente o papel indispensável das autoridades públicas na criação de condições favoráveis para o investimento estrangeiro.

Estratégia de reindustrialização

No segundo painel, esteve em discussão a competitividade das nossas economias. O exemplo alemão, de manter uma base industrial exportadora sólida através de uma evolução favorável dos custos laborais unitários relativos é, neste particular momento, de grande importância para Portugal, apostado numa estratégia de reindustrialização do país.

Elementos fulcrais desta estratégia são a moderação nos custos salariais e aumentos de produtividade.

As reformas estruturais, no sentido de tornar os mercados de bens e serviços mais concorrenciais e o mercado de trabalho mais flexível, são fundamentais e devem prosseguir com determinação.

Contudo, não se podem esperar efeitos imediatos destas reformas sobre a competitividade e o crescimento.

A Alemanha já implementou reformas desta natureza há alguns anos. Portugal está agora a pô-las em prática, no quadro do

Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, ao mesmo tempo que suporta um esforço sem precedentes de consolidação orçamental.

Uma saudável consolidação orçamental ajudará a criar as bases para uma política de crescimento orientada para o investimento.

Para tal, a estratégia de consolidação orçamental deve basear-se em medidas estruturais do lado da despesa e são urgentes novas e eficientes medidas fomentadoras da competitividade, do crescimento e do emprego, com efeitos a curto prazo na economia.

Não é um caminho rápido, não é, certamente, um caminho fácil, mas é o único que poderá conduzir ao sucesso.

Foi realçado que é necessário uma boa estratégia de comunicação para dar a conhecer no exterior as potencialidades de Portugal, as suas vantagens competitivas, os progressos que já alcançou em diversas áreas.

Formação profissional

O terceiro painel foi dedicado aos temas da Qualificação Profissional, Investigação & Desenvolvimento e Inovação.

Esteve em foco o papel das empresas no ensino e formação profissional, indispensável à adequação das qualificações dos jovens às necessidades do mercado do trabalho. A experiência de sucesso do sistema dual em vigor na Alemanha será, a este respeito, de grande utilidade para Portugal, num momento em que aposta num ensino que conduza a uma maior empregabilidade e uma rápida inserção dos jovens no mercado do trabalho. Abrem-se perspectivas muito promissoras de cooperação entre Portugal e a Alemanha neste domínio. Ouvimos também, neste painel, testemunhos de sucesso relativamente a atividades



João Gomes Esteves, 1º Vice Presidente da CIP

Reforçar laços para enfrentar desafios

“Reunimo-nos neste encontro empresarial com um objetivo claro: reforçar os laços que unem as empresas alemãs e portuguesas para melhor enfrentar os desafios que a presente crise está a colocar à Europa e, em particular, às nossas economias” – afirmou João Gomes Esteves, 1º Vice-Presidente da CIP, na sessão de abertura do Encontro, acrescentando que “estes laços, construídos ao longo de décadas, são fortes: criaram muitos milhares de empregos e promovem crescimento económico”.

Depois de referir que a Alemanha é o segundo maior parceiro comercial de Portugal, quer do ponto de vista das exportações quer das importações, e que esses laços são também muito fortes ao nível do investimento, onde as empresas de origem alemã têm tido um papel determinante na economia portuguesa e na modernização da nossa estrutura produtiva, João Gomes Esteves assinalou que este relacionamento está a perder alguma vitalidade, dado que a Alemanha tem vindo a perder peso no comércio externo português.

Temos a certeza que encontraremos, do lado dos empresários alemães, interlocutores interessados em explorar novas oportunidades de negócio, tanto na vertente comercial como de investimento, com vantagens mútuas – afirmou, referindo que a CIP espera também que, do ponto de vista das políticas económicas, estas dêem prioridade ao estímulo do crescimento económico.

João Gomes Esteves concorda que é igualmente necessário corrigir os desequilíbrios externos no seio da União Europeia, mas a CIP considera que esse esforço não poderá vir apenas do lado dos países que têm vindo a acumular défices. Terá de ser sustentado também por aqueles que tem vindo a acumular excedentes externos.

“A CIP defende, desde há muito, que só através de medidas estruturais do lado da despesa, que implicam uma reforma profunda do Estado, poderemos reequilibrar de forma sustentável as finanças públicas. Temos agora o compromisso do Governo português de que essa reforma será feita” – sustentou o 1º Vice-Presidente da CIP, adiantando que acredita que só a retoma de um crescimento baseado no aumento da competitividade poderá sustentar um regresso sólido aos grandes equilíbrios macroeconómicos e

CONTINUA >

de investigação e desenvolvimento levadas a cabo em Portugal. Também nesta área se abrem possibilidades de cooperação entre as empresas dos nossos dois países.

O ambiente construtivo em que decorreu este encontro, as potencialidades que aqui ficaram patentes, os casos de sucesso que foram expostos não nos podem fazer esquecer a presente crise, as dificuldades por que passam as empresas e os cidadãos dos nossos países, os enormes riscos e desafios que se colocam a toda a União Europeia.

O intenso relacionamento económico entre a Alemanha e Portugal, de que aqui falámos, não foi apenas obra das nossas empresas. Foi tornado possível pela integração económica europeia, pela construção do mercado único, pela partilha do euro como moeda comum.

À demonstração de vontade de cooperar das empresas deve corresponder, por parte dos decisores políticos dos nossos países e de toda a Europa, igual determinação na defesa do euro e na construção de uma Europa mais integrada.

É preciso criar um objetivo comum na Europa.

Reforçar-se-á assim a confiança dos investidores internacionais na economia europeia, mesmo no curto prazo.

As divergências entre perspetivas nacionais conflitantes que ainda subsistem devem ser rapidamente ultrapassadas, fazendo prevalecer a defesa do interesse comum da Europa.

Só assim será possível ultrapassar a crise que ainda ameaça a integridade da zona do euro.

Tal caminho contribuirá para restabelecer a confiança dos investidores, nacionais e internacionais, na economia europeia e reconduzir a Europa ao caminho da estabilidade financeira, do crescimento sustentado nos grandes equilíbrios macroeconómicos e na competitividade das nossas empresas, da criação de mais e melhores empregos para os nossos cidadãos.

Mais do que nunca, é necessário e urgente que os governos e o setor privado consensualizem objetivos para a Europa e adotem as estratégias mais adequadas para os atingir.

Os empresários portugueses e alemães, aqui reunidos, conscientes de que são eles quem cria riqueza e postos de trabalho, querem declarar de forma inequívoca aos governos dos seus países que podem contar com eles para ajudar a criar as soluções para ultrapassar os problemas com que a Europa atualmente se debate. ☺

(continuação)

à confiança dos mercados. A CIP tem defendido, por isso, a necessidade de complementar as medidas de austeridade orçamental com o estímulo à competitividade das nossas empresas e ao crescimento. Muitas das propostas que apresentámos neste sentido têm sido travadas com o argumento de que não são compatíveis com o Programa de Ajustamento.

No entender da CIP, todos estes factos aconselham a uma profunda reflexão sobre o Programa de Ajustamento, que deverá atender aos fatores que não foram tidos em conta no seu desenho original e que tiveram como consequência um afastamento das metas na vertente orçamental, apesar do cumprimento escrupuloso das medidas prescritas. Está particularmente em causa o período de ajustamento do nosso sistema económico e a nível europeu a reforma institucional da própria Zona Euro.

“Não o fazer, significará falhar os seus objetivos, com consequências dramáticas, para Portugal e também para a Europa” – disse João Gomes Esteves, adiantando que “temos consciência que a ultrapassagem da presente situação de profunda retração da atividade económica depende do esforço dos portugueses, mas depende também daquilo que a Europa for capaz de fazer para superar uma crise que não é só portuguesa, mas também europeia”.

João Gomes Esteves confia que a Europa saberá encontrar rapidamente um caminho comum de crescimento, baseada no reconhecimento de interesses e objetivos comuns e na consciência de uma interdependência económica e política de todos os países europeus, que faz com que a prosperidade de cada um esteja definitivamente ligada à prosperidade de todos os outros. E também que o fracasso de um só contribuirá para o fracasso de todos.

A concluir, o 1º Vice-Presidente da CIP afirmou que CIP continuará a bater-se, nos planos nacional e europeu, por uma agenda de reformas que permita compatibilizar a consolidação orçamental e o crescimento económico e por uma União Europeia mais forte, económica e politicamente mais integrada e coesa.

Estamos certos de que poderemos contar com o apoio dos empresários aqui presentes e, em particular, da BDI, da DIHK e da Câmara de Comércio e Indústria Luso-alemã, a quem desde já agradecemos, bem como à AICEP, todo o empenho na organização deste encontro – concluiu. ☺



Empresários e Gestores debateram

Os novos desafios e oportunidades do Mercado Ibérico

A Casa de Espanha e a C&C – Consultores de Comunicação, Lda. realizaram no passado dia 13 de Novembro, em Lisboa o Fórum Empresarial Mercado Ibérico, subordinado ao tema “Mercado Ibérico - Novos Desafios e Oportunidades”



A INICIATIVA contou com o apoio institucional da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), da Confederação Española de Organizaciones Empresariales (CEOE), ICEX (Instituto Español de Comércio Externo) e diversas outras entidades oficiais e institucionais promotoras dos negócios entre Portugal e Espanha.

O Fórum Empresarial permitiu reunir conceituados empresários, dirigentes empresariais, especialistas e gestores com intervenção e atividade empresarial na Península Ibérica, criando uma oportunidade para o debate conjunto e análise estratégica sobre os desafios, as oportunidades, os apoios e incentivos económicos, no novo contexto de mercado em que vivemos.

Do programa destacaram-se as presenças, como oradores, do Diretor Geral da Confederação da Indústria Portuguesa, António Alfiante, do Presidente do Conselho de promoção externa da Confederación Española de Organizaciones Empresariales, José Luis Gonzalez Vallvé, do Administrador do AICEP, Pedro Pessoa e Costa, do Consejero Económico y Comercial da Embajada de España, do Presidente da Fundação Luso-Espanhola, José António Silva e Sousa, do Presidente do IPDAL, Paulo Neves e ainda dos Embaixadores de Espanha, Equador e do México.

O Evento contou com o Patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, TAP e Primavera BSS. A Casa de Espanha e a C&C-Consultores de Comunicação, Lda. estão já a preparar idêntica iniciativa para o próximo ano de 2013 (Madrid e Lisboa). ☺

Um novo impulso para fazer acontecer a regeneração urbana

A CIP constituiu dois órgãos destinados a desenvolver e acompanhar o projeto FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA: o CIPCI - Conselho da CIP para a Construção e o Imobiliário e a CIPRU - Rede CIP para a Regeneração Urbana

A CIPRU está integrada no CIPCI, conselho estatutário da CIP ao qual compete definir e acompanhar a atividades e as iniciativas da CIP nas matérias de revitalização da fileira da construção. Os respetivos Regulamentos podem ser consultados no site da CIP para a Regeneração Urbana, disponível em www.regeneracaourbana.cip.org.pt.

Com a constituição destes órgãos, a CIP pretende dar um novo impulso ao projeto FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA.

O CIPCI reunirá três vezes por ano, para apreciar a atividade da CIPRU e emitir recomendações visando o desenvolvimento das iniciativas da CIP no domínio da Regeneração Urbana. Por sua vez, a CIPRU terá reuniões mensais, por forma a desenvolver todas as vastas ações do seu Plano de Atividades.

Contando, entre os seus membros, com a generalidade das Associações envolvidas na fileira da construção e com consultores especializados, a CIPRU tem um ambicioso programa de trabalhos e proporcionará aos seus membros informação exclusiva e de grande interesse, em benefício das próprias Associações e das empresas suas Associadas, potenciando assim o conhecimento e a

massa crítica indispensável para valorização do produto associativo.

PLANO DE AÇÃO

Durante o ano de 2012 procedeu-se à implementação de um conjunto medidas, com destaque para:

- Montagem de um modelo de funcionamento e de financiamento da rede que permita trabalhar de uma forma organizada e sustentada, contemplando:

- Desenho de um modelo funcional em estreita articulação com o CIPCI e com as associações empresariais regionais e setoriais envolvidas
- Definição de missões e responsabilidades
- Emissão de procedimentos organizativos
- Produção, montagem e implementação dos suportes funcionais exigidos pelo modelo, nomeadamente suportes informáticos vocacionados para o registo de aderentes, registos administrativos e Malling, contacto com aderentes etc.

- Criação de suportes para divulgação do CIPRU, nomeadamente;

- Criação de logotipo do projeto "FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA" (FARU)



- Conceção e edição de um desdobrável que caracterize a rede, a sua missão e objetivos que persegue, para ser distribuído e funcionar como elemento de apresentação da rede.

- Realização de contacto com as associações que integram o CIPCI, para definição de estratégias conjuntas de captação de aderentes e participação ativa nos trabalhos da rede, o que envolve:

- Reuniões com as direções
- Discussão do modelo de relacionamento
- Planeamento de ações de contacto com associados para aderirem à rede
- Distribuição de tarefas e responsabilidades
- Identificação de medidas complementares a desenvolver em parceria.

Entretanto, no dia 29 de novembro, o CIPCI aprovou o plano de atividades do CIPRU para 2013.

Principais medidas:

- Lançamento de uma ação de captação de aderentes à rede.

- Criação de um modelo de participação nas iniciativas que a rede lançar, para permitir criar receitas próprias capazes de suportar custos de funcionamento e manter uma gestão de controlo de custos apertada, para reduzir ao mínimo as necessidades financeiras para o funcionamento da rede.

- Despistar a emergência de novos negócios na área da reabilitação urbana, uma atividade realizada em estreita colaboração com os parceiros na deteção de oportunidades relacionadas com a emergência de novos negócios e facilitação da cooperação entre empresas. A consecução deste objetivo passará pela realização de um conjunto diversificado de atividades, de que se destacam as seguintes:

- Integração digital em redes de informação nacionais e internacionais relacionadas com o negócio da regeneração urbana e com sistemas de incentivos enquadráveis neste segmento.

- Informação aos aderentes de todas as oportunidades que venham a ser consideradas interessantes

- Apoio e facilitação na formação de parcerias e consórcios para responder a consultas, sempre que tal venha a ser solicitado

- Informação a eventuais promotores de projetos em matéria de enquadramento nos instrumentos de apoio ao investimento disponíveis.

- Mobilização, junto das instituições competentes, de condições de apoio ao desenvolvimento da regeneração urbana, nomeadamente em matéria de acesso a capital semente, capital de risco e linhas de financiamento bancário que permitam viabilizar projetos relevantes na área da regeneração urbana.

- Colaborar com as entidades públicas que tutelam os assuntos da regeneração urbana, nomeadamente o IHRU e o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para lançar e dinamizar e consolidar políticas e estratégias de requalificação, reabilitação e regeneração urbana em estreita colaboração com as autarquias e outros players direta ou indiretamente envolvidos neste segmento de atividade.

- Dinamização do trabalho da Rede com suporte numa plataforma WEB, para promover o reforço da interação e da cooperação entre parceiros da rede, nomeadamente através da criação de uma newsletter e como Boletim Informativo das atividades e iniciativas promovidas pela rede.

- Promover a internacionalização das atividades relacionadas com a regeneração ur-



bana e inserção da rede em redes e clusters internacionais. A CIPRU propõe-se desenvolver um conjunto de iniciativas junto da ALCEP para identificação de oportunidades e à facilitação do acesso ao mercado externo.

- Promover a realização de encontros e Workshops por setor dentro da fileira, para procurar partilhar visões de desenvolvimento, identificar áreas de interesse e ações a lançar pela rede, em apoio do esforço de recuperação e procura de alternativas e oportunidades.

- Realizar a primeira edição de um Fórum RU subordinado ao tema “Regeneração Urbana revitalização das cidades, criação de emprego e desenvolvimento regional. Será um evento a realizar em Lisboa, com o apoio da CIP e das suas Associações regionais e setoriais, aberto à participação dos profissionais diretamente relacionados com a regeneração urbana, autarquias, comunidade universitária e científica e sociedade em geral, que visa contribuir para a divulgação de projetos modelos organizacionais, técnicas e iniciativas relacionadas com a regeneração urbana, como vetor de revitalização das cidades, de criação de emprego e de desenvolvimento regional, procurando captar potenciais investidores privados, para o interesse e a rentabilidade de investimentos realizados neste segmento de atividade.

- Participar, ativamente, na Conferência Internacional sobre regeneração urbana planeada no âmbito do projeto “ FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA”, prevista para março de 2013. Esta conferência internacional reunirá cerca de 200 participantes, contará com a participação institucional de entidades governamentais, de especialistas internacionais e instituições nacionais vocacionadas para este segmento de atividade e constituirá um momento privilegiado para divulgação da CIPRU, para além do debate de ideias e de boas práticas em favor do desenvolvimento e da internacionalização das atividades da regeneração urbana.

- Realização de estudos, reflexões e artigos de opinião relacionados com as problemáticas da regeneração urbana.

- Colaborar ativamente nos trabalhos do CIPCI, cuja ação contribuirá para influenciar as políticas e estratégias de desenvolvimento da regeneração urbana como base para o desenvolvimento nacional e regional. ◊



ESTRUTURA DO CIPCI E DA CIPRU

Presidente

Carlos Cardoso

Vice-Presidentes

Salomé Rafael (NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém)
 Florinda Alves (AEP – Associação Empresarial de Portugal)
 José Luís Ceia (AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo)
 Jorge Pais (NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre)
 António Santiago Oliveira (CEC- Conselho Empresarial do Centro)
 AGEFE - Associação Empresarial dos Setores Elétrico, Eletrodoméstico, Fotográfico e Eletrónico.

Secretário da CIPRU

Samuel Silva, consultor da CIP

COMPOSIÇÃO DO CIPCI

ACL-CCIP - Associação Comercial de Lisboa - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
 AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa
 AERSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal
 AICE - Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
 AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro
 AIMINHO - Associação Industrial do Minho
 AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal
 AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
 AIP/CCI - Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria
 ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora
 APICER - Associação Portuguesa da Indústria da Cerâmica
 ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins
 ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento
 NERBA - Associação Empresarial do Distrito de Bragança
 NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral
 NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
 NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria
 RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

Fazem também parte da CIPRU:

APEB - Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto
 APFAC - Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas e Etics
 APT - Associação Portuguesa de Tintas
 CIN - Corporação Industrial do Norte
 EXERTUS

A regeneração do comércio de proximidade é o centro das urbes

Cenários possíveis



Pensar a regeneração urbana do centro das urbes sem pensar o comércio de proximidade aí instalado poderá constituir-se como um exercício contraproducente. Para além do risco de existir quem enverede pela discussão de conceitos, seja ao nível das políticas urbanas, seja das definições daquilo que se relaciona com a atividade económica – comércio, a tendência para se discutir a forma e descurar conteúdos, deve ser evitada

O ESTUDO “O Comércio de Proximidade” (disponível no portal da regeneração urbana), elaborado no âmbito da iniciativa “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana”, promovida pela CIP, visa, também, despertar consciências, promover decisão política, construir medidas, desburocratizar processos, despoletar ação, desencadear intervenção, ..., solucionar problemas, quase arriscaria ... regenerar mentalidades.

Que o comércio faz parte da razão de ser das cidades, que estas falam a linguagem do comércio ou que este se constitui como o embrião da vida urbana, já poucas dúvidas suscitará, pelo que este projeto, mais do que uma oportunidade para contribuir para a regeneração do centro das urbes, a modernização, dinamização e animação do comércio de proximidade, constituir-se-á, antes de mais, como o reconhecimento, a

valorização e a otimização de uma vocação que lhes está inerente, desde que há memória.

O comércio como setor de atividade económica justificará que os poderes e/ou parceiros públicos acompanhem a dinâmica evidenciada por atores privados, facilitando a instalação, regulando o funcionamento, acompanhando a atividade, incentivando o empreendedorismo, fomentando a inovação, promovendo a criatividade, enfim, reconhecendo-lhe importância e o seu papel estratégico na economia local, regional e nacional.

É sabido que ao comércio instalado no centro das urbes são, geralmente, associados

constrangimentos de diversa ordem e magnitude.

Do lado dos constrangimentos endógenos deparamo-nos com realidades como a pequena dimensão das empresas, o predomínio de estabelecimentos de reduzida dimensão, o forte peso dos métodos (de venda) tradicionais, a gestão familiar com pouco recurso às “ferramentas” de marketing, publicidade, merchandising, etc..., a escassa utilização das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias (softwares informáticos de gestão, bases de dados, Internet, etc...), a desadequação dos horários de funcionamento, o fraco grau de participação/adesão a formas de associativismo, etc...

João Barreta
AUTOR DO ESTUDO “O COMÉRCIO DE PROXIMIDADE”

No caso dos exógenos, apontam-se, entre outros, constrangimentos como a ausência de política pública para o “setor” do comércio de proximidade, a inexistência de programas integrados de regeneração urbana que contemplem igualmente as atividades de comércio e serviços, o estacionamento público deficitário, a concorrência intensa e acrescida por parte de outros formatos com novas “valências comerciais” – centros comerciais/grandes superfícies, a emergência dos formatos discount e/ou as disfunções do mercado de arrendamento.

A inexistência de uma política pública para o setor, fosse ela emanada da administração central ou local, contribuiu de forma definitiva para uma crescente desertificação dos respetivos espaços comerciais, com o encerramento das pequenas empresas de comércio, instalados no centro das urbes, causa e/ou consequência, também, do esvaziamento populacional dos centros urbanos que por

razões diversas se deslocaram para zonas residenciais na periferia das cidades. Neste âmbito os erros do passado constituem-se como uma das principais fontes de aprendizagem para que se contemple a vertente da atividade económica - comércio e serviços, no planeamento e ordenamento das cidades, reconhecido que é o papel do setor e do comércio de proximidade na definição de políticas públicas para a cidade e para os seus centros históricos.

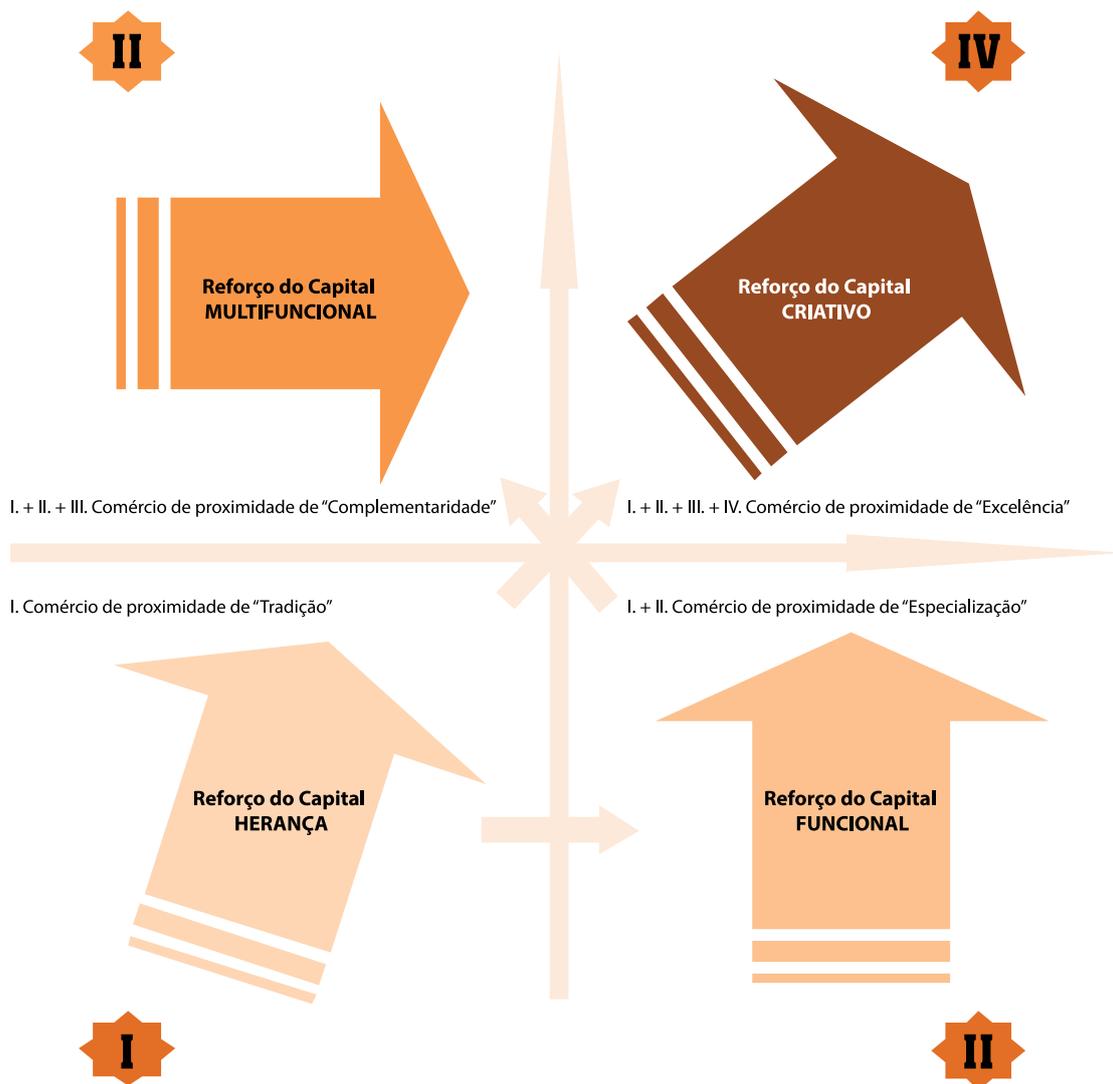
“Fazer Acontecer a Regeneração Urbana” – os cenários possíveis para o(s) contributo(s) do comércio de proximidade

O comércio de proximidade tem e conhecerá o(s) seu(s) futuro(s) (possíveis), consoante consiga explorar de forma inteligente e eficaz o que, ainda, o diferencia das outras formas de comércio. Essa diferenciação, assente

nos distintos argumentos, capacidades e recursos, traduzidos em ação/iniciativa e em capital/experiência acumulada, ao nível dos saberes, poderá ter como corolário a construção de vantagens distintivas cruciais que farão crescer, consolidar e afirmar, em definitivo, o comércio de proximidade como parceiro imprescindível em todo e qualquer processo que vise o centro das urbes.

Em suma, uma política de regeneração urbana, face à sua natureza integrada e integradora, para além de se constituir como verdadeira proposta alternativa para inversão da atual situação de crise, terá de contar necessária e decisivamente com a regeneração do comércio de proximidade, constituindo-se tal desiderato no reconhecimento, valorização e otimização de uma vocação natural do centro das urbes, e que carece, agora, mais do que nunca, de inovação, empreendedorismo e criatividade, quanto mais não seja na forma de abordagem do tema. ☺

Cenários possíveis – “contributo(s)” do comércio de proximidade no centro da urbe



NOVA STRADA ADVENTURE

EDIÇÃO ILIMITADA



WWW.DAKARDESERTCHALLENGE.COM

[f FACEBOOK.COM/FIATSTRADAPORTUGAL](https://www.facebook.com/FIATSTRADAPORTUGAL)

NOVASTRADA.COM.PT



PROFESSIONAL

Comunicado da CIP sobre a Contratação Coletiva



Na sequência da publicação da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 90/2012, de 31 de outubro, sobre a emissão de portarias de extensão, a CIP emitiu um Comunicado, no dia 6 de novembro, com o seguinte teor: “GOVERNO INVIABILIZA CONTRATAÇÃO COLETIVA”

AS COMISSÕES negociadoras patronais da estrutura integrada na CIP, hoje reunidas, por iniciativa desta Confederação, manifestam a maior preocupação pelas consequências decorrentes da solução contida na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 90/2012, sobre a emissão de portarias de extensão, publicada no Diário da República de 31 de outubro de 2012.

Tal solução, ao inviabilizar, na prática, a

emissão de portarias de extensão dos contratos coletivos de trabalho, favorece a deslealdade concorrencial, desincentiva e desagrega o associativismo, fomenta a atividade económica informal e fere de morte a contratação coletiva.

A contratação coletiva – expressão do diálogo social ao nível setorial – não só permite ajustamentos do quadro legal às especificidades setoriais e a melhoria das condições

de trabalho, como, sobretudo, constitui condição indispensável para a paz social, decisiva na produtividade e, assim, competitividade das nossas empresas.

Inviabilizando a contratação coletiva, o Governo cria fatores de desarticulação da economia e dificulta a sua retoma, que constitui condição absolutamente essencial para a recuperação da difícil situação em que as empresas se encontram.”



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA MEDIDA ESTÍMULO 2012 (PRIMEIROS SEIS MESES DE EXECUÇÃO FEVEREIRO/AGOSTO 2012)

No contexto da reunião da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), de 16 de outubro de 2012, o Governo remeteu aos Parceiros Sociais o “Relatório de Avaliação da Medida Estímulo 2012 (primeiros seis meses de execução fevereiro/agosto 2012)”.

A CIP, na sua análise, referiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Nos termos do preâmbulo da Portaria n.º 45/2012, de 13 de fevereiro, que cria a Medida Estímulo 2012, a avaliação da mesma devia ter sido realizada até agosto de 2012, ou seja, 6 meses após a sua implementação.

Ora, o Relatório de Avaliação em apreço,

não obstante ter como reporte os referidos 6 meses, é apresentado em meados de outubro.

Tal como resulta expressamente do “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego” (CCCE), alcançado em sede de Concertação Social, em 18 de Janeiro p.p., os resultados da aplicação desta Medida deviam ser “objeto de avaliação, a realizar até ao mês de agosto de 2012 e a apresentar em CPCS”.

2. Em termos gerais, o Relatório é extenso e minucioso, abordando, de vários ângulos e perspetivas, a execução física e orçamental da Medida.

Um aspeto positivo que cumpre salientar, consiste no facto de o Relatório não só proceder, de forma objetiva, à análise dos obstáculos que se têm colocado ao acesso e à execução da Medida, como apontar soluções, sobretudo ao nível de alterações legislativas, para os ultrapassar.

3. Ao nível da execução, foi previsto abranger, em 2012, 35.000 trabalhadores através de uma dotação de 49 milhões de euros.

4. Após 6 meses de execução, verifica-se que:

– 3.900 entidades aderiram a esta modalidade de apoio, tendo no seu conjunto registado 5.772 ofertas de emprego para 8.442 postos de trabalho;

– Foram colocadas 5.127 pessoas, o corresponde a uma taxa de execução física de 14,6% e a uma taxa de execução financeira de 12,8% (6 milhões de euros).

5. Entre as entidades que mais recorreram à Medida destacam-se as entidades com fins lucrativos, com predominância das empresas até 9 trabalhadores.

6. No que respeita à atividade económica das entidades que recorreram ao Estímulo 2012, verifica-se que, em primeiro lugar,



surge o “Comércio a retalho e comércio por grosso”, seguido da “Restauração e similares”, das “Atividades de apoio social com alojamento e sem alojamento”, do “Alojamento” e, em 5º lugar, as “Indústrias alimentares”.

7. Ao nível do tipo de contrato objeto de apoio, surge, destacadamente, o contrato de trabalho a termo (78% do total).

8. Tendo todos estes dados em conta, procede-se, no Relatório, à apresentação de uma série de “propostas de alterações”, mormente de “Alterações legislativas”.

Algumas destas propostas merecem, em geral, a concordância da CIP.

Contudo, um juízo global e definitivo sobre as mesmas só poderá ser emitido ante projeto legislativo que as contemple.

9. A CIP reitera que a tendência de desemprego registada no nosso mercado de trabalho só deverá inverter-se quando tiver lugar um verdadeiro e sustentado crescimento económico, pelo que só com a conjugação de políticas que fomentem a competitividade e o crescimento podemos aspirar a ter sucesso.

Ao nível das políticas de emprego, ante a situação dramática que presentemente se vive, com cerca de 826,9 mil desempregados (i.e., taxa de desemprego de 15%), mais de metade de longa duração (ou seja, 443,3 mil desempregados de longa duração, o que corresponde a 53,6% do total de desempregados) e com dezenas de mi-

lhares de jovens (149,7 mil desempregados, o que corresponde a 35,5% da população ativa no escalão etário entre os 15 e 24 anos e a 18,1% do total de desempregados – v. “Estatísticas do Emprego – 2º Trimestre 2012” INE), insistimos e vinculamos a necessidade de criar formas bem flexíveis de contratação, assim favorecendo a aproximação ou reaproximação daqueles ao mercado de trabalho.

Na perspetiva da CIP, a criação de formas mais flexíveis de contratação passa tanto por uma maior flexibilização das formas de contratação já existentes como pela identificação de outras formas de contratação, vigentes noutros países (na União Europeia ou fora desta), que, em qualquer caso, se revelem mais expeditas e céleres na criação e extinção do vínculo laboral.

Ora, quanto a esta imperiosa necessidade continua sem haver respostas.

PORTARIA N.º 297/2012, DE 28 DE SETEMBRO, QUE CRIA O PROGRAMA FORMAÇÃO-ALGARVE

Segundo o preâmbulo da Portaria em referência, o Programa Formação-Algarve “visa combater a sazonalidade do emprego na região, resultante da forte dependência económica do turismo, nomeadamente nos concelhos urbanos, reforçando a competitividade e a produtividade dos setores de atividade mais afetados pela sazonalidade.”.

Ainda de acordo com o citado preâmbulo, o Programa “dirige-se às entidades empregadoras que atuam nestes setores e que procedam à celebração de contratos de trabalho ou à renovação ou conversão de contratos de trabalho a termo dos respetivos trabalhadores, comprometendo-se a proporcionar formação profissional certificada durante o período da designada época baixa, reforçando a qualificação profissional dos trabalhadores e aumentando a sua empregabilidade.

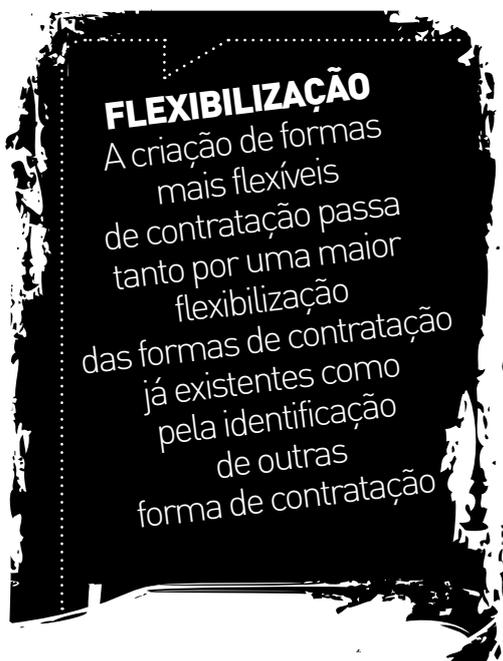
Pretende-se, por esta via, contribuir para a renovação destes setores estruturantes para a economia nacional, através do aumento da qualidade, da inovação e da sofisticação de ofertas nestes setores e da sua articulação com outras áreas complementares de modo a gerar sinergias economicamente sustentáveis, que promovam a produtividade e a competitividade e sejam geradoras de emprego.”

A CIP, no seu Contributo ao projeto de Portaria, em geral, concordou com os objetivos da Portaria e considerou que o projeto constituía uma boa base de trabalho.

Referiu, porém, que alguns dos seus dispositivos são credores de crítica ou de necessário esclarecimento.

Neste contexto, a CIP criticou e solicitou esclarecimentos sobre vários aspetos, de entre os quais se destacam os relativos aos requisitos da entidade empregadora, aos apoios ao emprego e ao incumprimento e restituição dos apoios.

As críticas e os esclarecimentos manifestados pela CIP continuam presentes na Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro, que cria o Programa Formação-Algarve.



**PROJETO DE PORTARIA
QUE PROCEDE À ALTERAÇÃO
E REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA
N.º 851/2010, DE 6 DE SETEMBRO,
QUE REGULA O SISTEMA DE
CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES
FORMADORAS PREVISTO NO N.º 2
DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI
N.º 396/2007, DE 31 DE DEZEMBRO**

O projeto de Portaria em epígrafe altera e republica a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

Segundo o preâmbulo do referido projeto de Portaria, a revisão a operar à Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, resulta da necessidade de conciliar o regime aqui previsto com os princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços, transpondo para a Ordem Jurídica interna a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro.

Nos termos do mesmo preâmbulo, a revisão visa, ainda, o seguinte:

– Criar o regime quadro sobre a permissão administrativa de entidades formadoras, para o qual remetam as legislações setoriais referentes a atividades relativamente às quais a formação deva ser ministrada por entidades formadoras certificadas;

– Simplificar o procedimento de certificação de entidades formadoras estabelecidas

ÁREA DA FORMAÇÃO

A certificação continua a ser concedida por áreas de educação e formação em que a entidade formadora desenvolve a sua atividade

noutros Estados membros do Espaço Económico Europeu, em que estejam sujeitas a controlos equivalentes.

– Consagra-se, ainda, para as situações supra referidas, o deferimento tácito dos pedidos de certificação.

– A certificação continua a ser concedida por áreas de educação e formação em que a entidade formadora desenvolve a sua atividade.

– Quanto à autoridade competente para a certificação, a mesma não será, em todos os casos, o serviço central competente do ministério responsável pela área da formação profissional, sendo tal competência atribuída a autoridades setoriais, conforme a área de formação em causa, nos termos da respetiva legislação setorial.



– Por fim, mantém-se a especificidade da certificação facultativa de entidades formadoras que, em regra, não constitui um requisito legal para o acesso e o exercício da respetiva atividade, e insere-se numa política de qualidade dos serviços que os Estados membros devem incentivar.

Por outro lado, apesar de o preâmbulo do projeto de Portaria não o mencionar, o mesmo também dá resposta aos compromissos internacionais assumidos nos Memorandos de Entendimento (MoU), celebrados entre o Estado Português com a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), onde se prevê a implementação, nas suas diversas vertentes, da Directiva “Serviços” – a já citada Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro. Na perspetiva da CIP, o projeto de Portaria em epígrafe, em geral, não suscita especiais observações ou comentários.

Posteriormente ao envio da análise da CIP ao supra-mencionado projeto de Portaria, o Governo remeteu aos Parceiros Sociais um documento onde se apresenta resumidamente os princípios subjacentes à revisão que se pretende operar na já referida Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro.

O citado documento não introduz qualquer inovação na matéria dado que os referidos princípios são os mesmos que constam do projeto de Portaria sobre o qual a CIP já se tinha pronunciado. ◉





Os acordos de comércio livre da União Europeia

Ponto de situação

COMISSÃO EUROPEIA – MEMORANDO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

(tradução da responsabilidade da CIP)

Nos próximos dois anos, 90% da procura mundial será gerada fora da União Europeia. É por isto que a prioridade fundamental da União Europeia é proporcionar mais oportunidades para as empresas europeias em mercados mais abertos através da negociação de novos Acordos de Comércio Livre (ACL) com países chave.

As várias fases de negociação poderão ser categorizadas da seguinte forma:

- A. Negociações previstas ou em análise**
- B. Negociações em curso**
- C. ACLs concluídos mas ainda não em vigor**
- D. ACLs já em vigor**

A. Negociações previstas ou em análise

Japão - Em 29 novembro de 2012 os Estados-Membros da União Europeia mandaram a Comissão Europeia para iniciar negociações de comércio livre com o Japão. Um ACL com o Japão poderia aumentar o PIB da UE em quase 1 ponto percentual, poderia aumentar as exportações da UE para o Japão em cerca de 30% e poderia gerar 400 mil empregos adicionais na UE. A Comissão tem perfeito conhecimento das preocupações de certos Estados-Membros, nomeadamente as que se relacionam com as barreiras não-tarifárias no Japão. Foi precisamente por isso que a Comissão conseguiu acordar com o Japão que a Europa pode – mesmo antes de as negociações potenciais se terem iniciado – interromper este processo negocial no prazo de um ano se o Japão não demonstrar evidência de, durante este período, ter removido determinadas barreiras não-tarifárias. O Japão é o segundo maior parceiro comercial na Ásia, depois da China. Juntos, a UE e o Japão representam mais do que um terço do PIB mundial.

NOS
PRÓXIMOS
DOIS ANOS,
90% DA PROCURA
MUNDIAL
SERÁ GERADA
FORA DA
UNIÃO EUROPEIA

Estados Unidos da América - A dimensão do relacionamento comercial UE-EUA é a maior do mundo, com mais de 1.8 biliões (mil milhões) de euros por dia de bens e serviços comercializados. A UE e os EUA representam juntos cerca de metade do PIB mundial e aproximadamente um terço do total dos fluxos comerciais no mundo. Contudo, este comércio pode ser aumentado. A UE e os EUA estão atualmente a desenvolver esforços em conjunto no Grupo de Trabalho de Alto Nível "Emprego e Crescimento", lançado na Cimeira EU-EUA de 2011, para discutir a forma de reforçar ainda mais o relacionamento comercial, com a opção de lançamento de um acordo de comércio livre. Os resultados deverão ser conhecidos no final deste ano.

Países do Mediterrâneo do Sul (Egito, Jordânia, Marrocos e Tunísia) - Em dezembro de 2011 o Conselho adotou diretivas de negociação relativamente à Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada (Deep and Comprehensive Free Trade Area) com o Egito, a Jordânia, com Marrocos e com a Tunísia, visando uma atualização e melhoria dos atuais acordos comerciais com estes países. O Conselho, em 29 de novembro, deu o seu acordo para que a Comissão pudesse iniciar brevemente negociações com Marrocos.

B. Negociações em curso

Canadá - As negociações para um Acordo abrangente em matéria de economia e comércio (CETA – EU-Canada Comprehensive Economic and Trade Agreement) iniciaram-se em maio de 2009 e estão agora na reta final. O Comissário para o Comércio Internacional Karel De Gucht e o Ministro canadiano do Comércio fizeram progressos consideráveis na sua reunião em Bruxelas no passado dia 22 de novembro visando a conclusão de um acordo final nas próximas semanas. O Canadá é o 11º parceiro comercial mais importante da UE e a UE é o 2º parceiro mais importante para o Canadá, a seguir aos EUA. O valor do comércio bilateral de bens entre a UE e o Canadá foi de 52.5 biliões de euros em 2011. Um estudo económico publicado conjuntamente pela UE e pelo Canadá em outubro de 2008 concluiu que um acordo comercial abrangente aumentaria o comércio bilateral em cerca de 25.7 biliões de euros.

Singapura - Singapura é já hoje o maior parceiro comercial da UE no grupo ASEAN – representando um terço do comércio total UE-ASEAN (65 biliões de euros). Singapura é também o principal parceiro de investimento da UE na região ASEAN, re-

presentando cerca de 80% do stock de investimento entre as regiões. Neste contexto, um ACL constituiria certamente uma porta de entrada na Ásia, proporcionando importantes oportunidades para as empresas europeias na região. As negociações foram lançadas pelo Comissário De Gucht e o Ministro do Comércio de Singapura, Sr. Lim, em março de 2010. Já foram realizadas onze rondas de negociação, tendo a última ocorrido em novembro 2012. Outras reuniões técnicas estão em curso, especialmente na área dos serviços, visando uma conclusão das negociações para breve.

Na região ASEAN, a UE está atualmente em negociações para o estabelecimento de ACLs com a Malásia (lançadas em maio de 2010) e com o Vietnã (lançadas em junho de 2012). A porta da UE continua aberta ao início de negociações com outros parceiros na região e espera um dia complementar estes acordos com um ACL UE-ASEAN.

Vizinhança a Leste da UE - A UE está atualmente a negociar o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Aprofundada e Abrangente como parte dos Acordos de Associação com a Geórgia, Arménia e Moldávia.

Índia - As negociações começaram em 2007. Até agora foi atingido um progresso significativo e recentemente gerou-se um momentum renovado relativamente à emergência de um acordo. Agora, ambos os lados terão de percorrer os últimos metros para conseguirem reunir um acordo global final.

Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela) - Depois de mais de dois anos de trabalho técnico, a UE estima que agora é a altura para se proceder à troca de ofertas no capítulo do acesso ao mercado, se quisermos dar um renovado impulso a esta negociação com o objetivo de concluir um acordo comercial equilibrado e ambicioso.

Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Qatar) - As negociações para um ACL foram suspensas pelo Conselho de Cooperação do Golfo em 2008. Continuam a estabelecer-se contactos informais entre os negociadores.

Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) - Os Acordos de Parceria Económica (EPAs) são parcerias de comércio e desenvolvimento entre a UE e os Países de África, Caraíbas e Pacífico baseadas no Acordo de Cotonu (2000). As negociações das EPAs começaram em 2002 e foram concluídas



agora com três regiões que rubricaram (e depois assinaram e ratificaram) um acordo: os países das Caraíbas (CARIFORUM), o Pacífico (apenas um país envolvido - Papua Nova Guiné) e a região do Leste e Sul de África (ESA – Zimbábue, Maurícias, Madagáscar, Seychelles). As negociações com o Grupo EPA da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) estão a iniciar uma fase decisiva. O progresso é irregular no resto da África Sub-Sariana.

C. ACLs concluídos mas ainda não em vigor

Peru e Colômbia - O Acordo Comercial com o Peru e a Colômbia foi assinado no dia 26 de junho de 2012 em Bruxelas. É esperado que, uma vez totalmente executado, o acordo resultará numa redução de despesas com direitos aduaneiros de mais de 500 milhões de euros anuais. Pelo lado europeu o procedimento que permite uma aplicação provisória do acordo poder ser finalizado em janeiro de 2013. O Parlamento Europeu votará este acordo na próxima sessão plenária de dezembro de 2012. A UE é o segundo maior parceiro comercial da região andina, a seguir aos EUA.

América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) - O Acordo de Associação entre a UE e a América Central foi assinado em 29 de junho de 2012. Uma vez ratificado, este acordo abrirá os mercados de ambos os lados e contribuirá para o estabelecimento de um enquadramento estável de negócios e de investimento. Também é esperado que o Acordo vá reforçar a integração económica

na América Central. Em 2010, o comércio bilateral de bens entre a UE e esta região atingia o valor de 12 bilhões de euros. É esperado que o Parlamento Europeu adote a sua posição sobre este Acordo no final de 2012. Em paralelo, os parceiros da América Central terão de ratificar o Acordo, o que deverá ocorrer em março de 2013.

Ucrânia - A UE e a Ucrânia concluíram as negociações para o ACL abrangente e aprofundado em dezembro de 2011. O próximo passo será a assinatura do Acordo pelo Conselho, uma vez que estejam reunidas as condições políticas.

Países ACP - Existem também cinco EPAs com países ACP que foram negociados mas que ainda não entraram em vigor: Costa do Marfim, Camarões, SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, Gana e EAC – Comunidade da África Oriental.

D. ACLs já em vigor

Coreia do Sul (em vigor desde 1 de Julho de 2011) - Este acordo é o primeiro de uma nova geração de ACLs que foi mais além do que os anteriores em termos de eliminação de barreiras comerciais, facilitando, assim, a realização de negócios conjuntos entre empresas europeias e coreanas. Na medida em que o ACL fez baixar na Coreia os direitos aduaneiros de importação de produtos europeus, é estimado que as empresas europeias já tenham beneficiado de um ganho de 350 milhões de euros em apenas 9 meses de duração do Acordo, em resultado do aumento significativo da penetração de produtos europeus, desde o vinho até artigos de moda de gama alta.

Os acordos de comércio livre da União Europeia com o mundo – situação nov. 2012



Fonte: Comissão Europeia, MEMO/12/932 de 30/11/2012

Veja na Newsletter Europ@CIP nº12 (disponível em www.cip.org.pt), publicada em 5 de dezembro ("Ponto de situação da negociação de acordos comerciais pela UE" no capítulo Comissão Europeia), "links" à Direção Geral do Comércio Internacional da Comissão Europeia com informação adicional sobre os ACLs e a um Nota Síntese sobre o processo de realização dos Acordos de Comércio da União Europeia – Quem negocia? Com quem negociamos? Como nos preparamos para as negociações? O que é que acontece nas negociações? Quando é que os benefícios do acordo se tornam visíveis?

México - Desde a entrada em vigor, em outubro de 2000, deste ACL abrangente, o comércio bilateral duplicou – de 21.7 bilhões de euros em 2000 para 40.1 bilhões de euros em 2011.

África do Sul - A África do Sul é o maior parceiro comercial da UE em África. O Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação, em vigor desde 2000, estabeleceu uma zona de comércio livre que cobre 90% do comércio bilateral. Os calendários de liberalização pautal foram completados em 2012.

Chile - A UE e o Chile concluíram um Acordo de Associação em 2002, o qual incluía um ACL abrangente – cobrindo todas as áreas do relacionamento comercial bilateral - que entrou em vigor em fevereiro de 2003. A UE é o segundo maior fornece-

dor do Chile, a seguir aos EUA e também o terceiro maior mercado de exportação do Chile.

Para além destes acordos de comércio livre "clássicos", os ACLs constituem um componente central de muitos Acordos de Associação e de Uniões Aduaneiras (Andorra, S.Marino, Turquia). Assim, a UE mantém acordos de comércio livre em vigor com um conjunto de países na Europa (Ilhas Faroas, Noruega, Islândia, Suíça, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, Croácia, Albânia, Montenegro, Bósnia e Herzegovina, Sérvia) e com os países do Mediterrâneo do Sul (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Autoridade da Palestina, Síria, Tunísia) e três com os países ACP (Caribe, Pacífico e África do Leste e do Sul). ☺



A importância da Política de Comércio Externo da União Europeia

Sabemos que a atual situação conjuntural e estrutural é cada vez mais exigente para que as empresas garantam a sua competitividade e consequente rentabilidade.

Muito se tem escrito sobre o assunto, havendo diversos estudos, diagnósticos, debates, fóruns e artigos de opinião sobre um conjunto de aspetos que são considerados importantes para as empresas e propostas de possíveis soluções para que estas possam ultrapassar a atual situação e atingir os seus objetivos. A questão do acesso ao crédito, do preço do financiamento, os custos de energia, os requisitos ambientais, o licenciamento industrial entre outros aspetos, muitas vezes designados como custos de contexto.

Infelizmente, muitos destes apelos que são feitos e que são legítimos, estão à partida condenados face aos compromissos que Portugal assumiu com a Troika, mas ainda assim, continuamos a insistir, na esperança de um milagre que não se realizou até agora e que venha a acontecer no atual contexto completamente adverso e que muitas vezes impede que se vislumbre uma “luz ao fundo do túnel”.

Mas, paralelamente a tudo isto, temos outros fatores que são porventura, na minha opinião, mais importantes do que os designados custos de contexto, quer para a manutenção da nossa indústria, quer para o crescimento e sustentabilidade das nossas exportações. Estou a referir-me mais concretamente ao acesso das empresas exportadoras a mercados terceiros e o acesso de empresas de mercados terceiros ao nosso mercado.

Se os mercados naturais das nossas empresas, são tradicionalmente os mercados da União Europeia, como por exemplo a Espanha, e se genericamente todos eles estão com uma quebra generalizada no consumo, como é que nós vamos aumentar as nossas exportações mesmo tendo melhores custos de contexto? Importa analisar e reflectir se

o foco sobre os custos de contexto e a sua resolução resolvem, per si, os atuais estrangulamentos da nossa indústria, permitindo a recuperação do nível de vendas e de uma rentabilidade portadora de futuro.

Obviamente que na minha opinião isto não chega, é condição necessária mas não suficiente.

É fundamental complementar isto com uma adequada Política de Comércio Externo da União Europeia.

Há mercados potenciais aos quais poderíamos estar a aceder e que devido a barreiras e condicionalismos, muitas vezes puramente protecionistas, não conseguimos aceder, sendo que o mercado da UE é o mais aberto a nível mundial a países terceiros. Tal facto cria, indubitavelmente, um grave e injusto desequilíbrio ao nível da competitividade das nossas empresas face a outras empresas de países terceiros que competem de forma desigual e segundo parece, em alguns casos, de forma desleal.

Prova evidente dessa aparente concorrência desleal, temos o recente exemplo da introdução de taxas à importação de louça utilitária oriunda da China em resultado da investigação levada a cabo pela UE onde foi provada a prática de dumping, ou seja, pro-

vou-se a existência de concorrência desleal e francamente prejudicial à indústria cerâmica europeia.

Tal situação não deriva portanto de problemas de custos de contexto, nem a resolução dos problemas de custo de contexto criava às nossas empresas condições para competir de forma justa com práticas de dumping. O que está em causa são opções de políticas de comércio externo da UE que relativamente a este setor determinou, até 2005, a eliminação de quotas à importação de produtos provenientes da China que anos depois se veio a verificar ter um efeito devastador para a indústria europeia.

Neste caso concreto da Cerâmica Utilitária, onde Portugal é o maior produtor da UE, e após a investigação da Comissão Europeia, foram introduzidas taxas de importação porque a Comissão provou a existência de práticas de Dumping, mas também provou que se perderam dezenas de milhares de postos de trabalho, e também provou que encerraram mais de uma centena de empresas, e também provou que esta concorrência desleal da China causou prejuízo à nossa indústria e consequentemente à nossa economia.

Mais, a quota de mercado da China passou

HÁ **MERCADOS POTENCIAIS** AOS QUAIS
PODERÍAMOS **ESTAR A ACEDER** E QUE
DEVIDO A **BARREIRAS E CONDICIONALISMOS**,
MUITAS VEZES **PURAMENTE**
PROTECIONISTAS, NÃO CONSEGUIMOS
ACEDER

Marcelo Sousa
VICE-PRESIDENTE DA APICER
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA

de pouco mais de 20%, antes do acordo, para os actuais cerca de 70%, isto num mercado que não cresceu em termos de consumo!

Então e perante todos estes efeitos de um Acordo que foi feito no âmbito da Política de Comércio Externo da União Europeia, na minha opinião mal feito, continuamos a não valorizar a importância deste aspecto!

Quantos exemplos destes é que não foram objecto de uma investigação por parte da Comissão, mas caso tivessem sido, chegaríamos às mesmas conclusões?

Então e as empresas afectadas por estas Políticas não deviam ter o direito de ser compensadas, ou terem regimes de excepção, para pelo menos minimizarem todos os prejuízos que tem tido até agora?

Afinal, o problema está na China ou na UE?

Em minha opinião o tema da Política de Comércio Externo não tem sido devidamente explorado, nem identificado como um eixo prioritário para a sustentabilidade da indústria e crescimento económico de Portugal. E isto porque esta política, não sendo decidida ao nível de cada Estado-Membro mas sim num contexto europeu e a nível global, acaba por dar a primazia ao todo em detrimento da parte e os decisores envolvidos acabam por estar afastados e quiçá "alheados" da economia e problemas reais com que a indústria de cada Estado-Membro se confronta.

INDÚSTRIA CERÂMICA DEFENDIDA PELA COMISSÃO EUROPEIA

No passado dia 15 de novembro, a Comissão Europeia, face à situação de concorrência desleal sofrida pela indústria europeia formalmente denunciada no início deste ano, instituiu, através de Regulamento (*), direitos anti-dumping (provisórios) à importação de cerâmica de mesa e de cozinha na União Europeia proveniente da China. Dado o elevado peso relativo da indústria portuguesa neste setor, foi certamente devido ao empenho, perseverança e eficácia da APICER, através das respetivas associações setoriais europeias, nomeadamente a CerameUnie, e com o forte apoio das autoridades nacionais, e também da CIP junto das suas congéneres europeias membros da BUSINESSEUROPE, que foi possível atingir o resultado favorável deste longo processo europeu.

Este exemplo de sucesso foi apresentado pelo Dr. Marcelo Sousa, Vice-Presidente da APICER na Conferência "O impacto nacional da política de comércio externo da União Europeia" no passado dia 16 de novembro, em Lisboa, em cuja sessão de abertura participaram o Presidente da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Prof. Vítor Moreira, o Sub-Diretor Geral da DG Comércio da Comissão Europeia, Dr. João Aguiar Machado e o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão.

(*) Regulamento (UE) nº1072/2012 da Comissão de 14 de novembro de 2012 que institui um direito anti-dumping provisório sobre as importações de artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de cerâmica, originários da República Popular da China (JO L 318, p28)

Para Portugal, seria importante e pertinente a elaboração de uma matriz com os vários setores de atividade, na qual se identifique e faça o cruzamento dos mercados prioritários e nos quais se deve atuar ao nível da

Política de Comércio Externo e em simultâneo se identifiquem quais os mercados terceiros que acedem ao nosso mercado em concorrência desleal. Quanto mais tarde agirmos, mais perdemos! ☺

Apoio Informático PCmedic

■ Dedicado a Micro e PMEs

Contratos de manutenção dirigidos aos utilizadores finais.

■ Manutenção preventiva e correctiva

Resolução de problemas na hora, optimizações, consultoria.

■ Apoio ilimitado nacional 24/7

Apoio remoto e domiciliário 24h por dia, 7 dias por semana.

■ Melhores preços do mercado

Garantimos o melhor preço para a melhor solução.



Ponto de situação dos principais assuntos

NOVO ESTATUTO DA ERSE

OS ESTATUTOS DA ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos foram recentemente alterados, após a publicação do Decreto-Lei n.º 212/2012, de 25 de setembro.

O novo estatuto consagra finalmente, embora de modo ainda insuficiente, a representação dos consumidores industriais de eletricidade nos Conselhos Consultivo e Tarifário.

Novos representantes dos consumidores empresariais de eletricidade e de gás natural no Conselho Consultivo e no Conselho Tarifário da ERSE.

A designação dos representantes dos consumidores de eletricidade em MAT, AT e MT e dos consumidores de gás natural com consumos anuais superiores a 10.000 m³ foi feita através de processo participado pelas associações empresariais representativas dos setores com consumos energéticos mais significativos.

O processo eleitoral organizado pela ERSE ainda não está concluído devido a desa-

cordo entre as associações empresariais e as organizações de defesa do consumidor quanto a um lugar de representante dos consumidores no Conselho Tarifário, Seção do Setor Elétrico.

No entanto, estão desde já eleitos representantes dos consumidores empresariais.

CONSELHO CONSULTIVO

Secção do Setor Elétrico

Eng. João Peres Guimarães, indicado pela ATP

Dra. Ana Isabel Trigo de Moraes, indicada pela APED

Secção do Gás Natural

Eng. Jaime Braga, indicado pela CIP

Eng. Jaime Carvalho, indicado pela APEQ

CONSELHO TARIFÁRIO

Secção do Setor Elétrico

Eng. António Cavalheiro, indicado pela APIGCEE

Secção do Gás Natural

Eng. José Ricardo Rodrigues, indicado pela CELPA



NOVO SISTEMA DE GESTÃO DOS CONSUMOS INTENSIVOS DE ENERGIA

O Governo tenciona rever o Decreto-Lei n.º 71/2008 que institui o SGCIE.

As alterações principais são:

- Baixa do limiar de abrangência para 400 tep/ano;

- Nova obrigação de registo e reporte de consumos para os esclarecimentos que,

anualmente, consumam mais de 200 tep/ano;

- Inclusão neste regime das instalações já sujeitas ao CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão).

A CIP já emitiu a sua posição quanto a este projeto de diploma legal.

Desta posição destacam-se:

- A inoportunidade de criação de mais encargos a PME's;
- A oposição à obrigatoriedade da adoção de sistemas de gestão de energia que, por natureza, são voluntários;
- A discordância quanto à inclusão de indicadores de intensidade carbónica num sistema que, por natureza, trata de eficiência energética. ☹

DO MERCADO IBÉRICO AO MERCADO EUROPEU DE ELETRICIDADE

O Papel das Redes de Transporte de Energia Elétrica no contexto Europeu

O papel das infraestruturas de rede no setor elétrico tem sofrido profundas alterações nos últimos 15 anos, decorrentes essencialmente da liberalização do setor elétrico e correspondente desverticalização empresarial. Contudo, as mudanças que irão ocorrer nos próximos anos, determinadas pelas políticas de energia e clima da União Europeia (UE) e possibilitadas pela adoção de novas tecnologias, conduzirão a alterações ainda mais substanciais

As mudanças nas Redes de Transporte de Energia Elétrica estão longe de ter terminado

A importância da energia no contexto Europeu está bem patente na política energética da UE, que assenta em três pilares fundamentais: (1) segurança de abastecimento; (2) sustentabilidade; (3) competitividade; e que tem vindo a ser consubstanciada no Terceiro Pacote legislativo e nas recentes iniciativas europeias, nomeadamente:

- Os objetivos 20-20-20 da UE para 2020, de alcançar a meta de abastecimento de 20% dos consumos através de energia de origem renovável, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%, e aumentar a eficiência energética em 20%.
- O Road Map 2050 que, perante o objetivo de reduzir até 2050 as emissões de gases com efeito de estufa para níveis equivalentes a 80% a 95% dos níveis de 1990, explora os desafios associados à descarbonização da economia da UE, mantendo níveis de segurança de abastecimento e de competitividade.
- A constituição da ENTSO-e, de que são associados todos os Operadores de Rede, a quem foi cometida a responsabilidade pela elaboração de propostas de 14 códigos de rede até ao final de 2014, que versam de forma exaustiva os temas relacionados com a construção e o funcionamento de um verdadeiro mercado interno de energia.
- O pacote das infraestruturas, que pretende promover a construção de infraestruturas consideradas de interesse comum para a Europa ("Projects of common Interest" - PCI), onde são estabelecidas as regras



Maria José Clara
DIRETORA GERAL DA REN

NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS POLÍTICOS E AMBIENTAIS EUROPEUS, PREVÊEM-SE GRANDES FLUXOS DE ENERGIA ENTRE GRANDES REGIÕES DA EUROPA

relativas ao seu licenciamento, a formas inovadoras de financiamento, bem como à determinação dos benefícios sócio-econômicos de cada projeto.

As redes asseguram melhores preços e melhor qualidade

A rede está no centro de todas as transações comerciais e de todas as ligações físicas entre os agentes que operam no setor:

- Constituindo o suporte físico que permite a eletricidade fluir da produção até ao consumo, é o garante da qualidade e da estabilidade do funcionamento dos sistemas elétricos.
- É o facilitador das transações comerciais. Sem redes não há mercados. A rede permite a existência de uma "pool" onde os produtores vendem e os comercializadores compram, sem preocupações de quem faz, e como se faz o transporte da eletricidade.
- É o integrador das mais variadas tecnologias de produção de eletricidade, nomeadamente as de origem renovável; transporta a energia produzida longe dos grandes locais de consumo, permitindo a manutenção do equilíbrio produção/consumo e gere a incerteza associada às renováveis.

A Rede tem um papel fundamental no cumprimento dos objetivos de política energética, atuando como facilitadora dos mercados e integradora de produção e consumos, assegurando melhores preços e melhor qualidade.

As redes são o suporte da segurança de abastecimento

O desenvolvimento tecnológico tem induzido o aumento da importância da fiabilidade e da segurança de abastecimento nas economias, bem traduzido num dos já referidos pilares da política energética Europeia.

Ora as redes, ao permitirem o acesso das mais variadas tecnologias dispersas pelo território para satisfazerem a procura, também ela dispersa, constituem o elo fundamental para ultrapassar as ocorrências fortuitas a que os sistemas elétricos estão sujeitos e, assim, garantirem a segurança de abastecimento ao mais baixo custo.

A REN tem vindo a desempenhar um trabalho importante e já internacionalmente reconhecido, não só na ligação atempada de novos produtores à rede, mas também na gestão técnica do sistema. Com efeito, o Gestor do Sistema da REN tem operado o sistema em horas em que 100% do consumo foi abastecido por energia renovável.

Precisa-se de redes mais robustas, mais inovadoras e mais inteligentes

Do ponto de vista técnico e económico importa ter redes mais robustas e mais bem equipadas para responder às solicitações impostas pelas ocorrências fortuitas nos sistemas elétricos, ultimamente mais relevantes devido às características específicas dos produtores renováveis.

Com o objetivo de garantir a fiabilidade, segurança e qualidade de serviço no fornecimento de energia elétrica, a gestão do sistema em tempo-real do sistema elétrico utiliza serviços adquiridos em mercado - Mercados de Balanço- para equilibrar a produção e o consumo.

Sempre que os agentes, produtores ou comercializadores, se desviam do que contrairam, o gestor do sistema tem de adquirir ou vender energia no mercado de balanço para equilibrar o sistema. Actualmente este equilíbrio é conseguido pelos produtores em regime ordinário que colocam ofertas no mercado de balanço para subir ou baixar o seu nível de produção.

No futuro é desejável que todos os agentes sejam ofertantes neste mercado:

- Os produtores renováveis têm grandes vantagens em operar no mercado de balanço, porque podem fazer ofertas em mercados que funcionam perto do tempo real, altura em que a incerteza quanto à sua produção se reduz substancialmente. Em situações de excesso de produção, que ocorrem

durante a noite quando os consumos são reduzidos, os produtores renováveis podem oferecer para não ser desligados do sistema. Nesta situação, a energia excedentária que produzem pode ser colocada em mercados de balanço de países vizinhos porque o seu preço final se torna competitivo.

- Mas também a procura pode actuar neste mercado na medida em que os comercializadores, através da agregação de consumos dos seus clientes, podem colocar ofertas para reduzir ou aumentar consumos tirando partido do conceito de redes inteligentes.

Em, resumo, até agora a flexibilidade tem sido proporcionada fundamentalmente pelos grandes grupos geradores, mas seria melhor permitir que todos os agentes ligados à rede participem na flexibilidade do sistema.

Exigem-se novas formas de planeamento e de desenho das Redes

No cumprimento dos objetivos políticos e ambientais Europeus, prevêem-se grandes fluxos de energia entre grandes regiões da Europa, de forma a que, a produção renovável do norte e do sul da Europa, e eventualmente do norte de Africa, chegue aos centros de consumo. Para transportar estas grandes quantidades de energia fala-se na necessidade de construir uma rede supra europeia que, funcionando num nível de tensão superior, seja projetada para transportar grandes fluxos de energia entre pontos muito distantes da Europa. O caminho já começou a ser traçado, havendo já alguns projetos em construção que poderão vir a ser parte desta rede supra europeia. A maioria das ligações será de corrente contínua. Fala-se de grandes alterações tecnológicas, nomeadamente de interligar essas linhas DC através de subestações em DC.

O sucesso desta nova rede não depende só das inovações tecnológicas depende também em grande parte da vontade conjunta dos Estados-Membros em se associarem no seu desenvolvimento.

A REN tem defendido, como Operador de Rede de um país periférico, que a construção de uma verdadeira infraestrutura de rede elétrica europeia só será possível se todos os Operadores de Rede forem parte integrante dessa mesma rede, partilhando recursos e tecnologia, custos e benefícios. Este é o caminho para a europeização da rede elétrica, peça chave na construção de uma política europeia comum para a energia. ⚡

NOTAS

(1) European Council - October 2009

(2) Até agora as linhas DC são ligações ponto a ponto entre duas redes de corrente alternada (AC)

JAIME BRAGA

“Existe fundamentalismo e preconceito nas questões do Ambiente e Energia”

Engenheiro de formação e com várias décadas de experiência profissional, Jaime Braga já foi gestor, consultor, professor e assessor. Integrou a CIP para fazer o acompanhamento dos Contratos de Adaptação Ambiental, programa de ação consistente e mobilizador que ajudou as empresas e proporcionou um grande reforço do associativismo. Acaba de ser galardoado com o Prémio Carreira por uma publicação especializada em Ambiente

O Prémio Carreira, que lhe foi atribuído este ano pela Revista Indústria e Ambiente, é um incentivo ao seu trabalho futuro ou um reconhecimento pelo trabalho até agora desenvolvido?

A motivação para o trabalho está dentro de mim mesmo e decorre de convicções, o que significa que sou um privilegiado.

Este prémio é-me atribuído, de acordo com o convite que me foi feito, pelo modo como sempre defendi os interesses das empresas e do desenvolvimento económico, tantas vezes em contraponto às posições dos decisores públicos.

Reconheço que este reconhecimento reforça a minha determinação em prosseguir os trabalhos e missões que me são entregues.

Ao longo da sua carreira, teve certamente momentos bons e momentos maus. Qual o melhor momento da sua carreira?

Tive o percurso profissional que quis ter. Sou o que sempre quis ser. Cumpri a minha vocação. Devo dizer que, por estas razões, os bons momentos foram muitos, muitos mais do que os maus.

Tive, felizmente, vários sucessos ao longo da minha vida profissional.

Mas hoje, olhando o passado, vejo que os momentos mais valiosos foram aqueles em que, sempre com esforço, consegui ultrapassar os poucos maus momentos.

Destes saliento a missão que me trouxe à CIP, ou seja, o acompanhamento dos Contratos de Adaptação Ambiental, programa de ação consistente e mobilizador, que teve sucesso e ajudou as empresas, proporcionando um grande reforço do associativismo.

E o pior?

Qual o pior momento?

Certamente aquele em que, já ultrapassados os cinquenta anos, vi desmoronar-se toda uma carreira e o horrível desemprego me atingiu com o desaparecimento da empresa na qual trabalhava há muitos anos.

Mas tendo feito a mim mesmo a pergunta correta “Afinal, o que sei eu fazer?”, e com o apoio daqueles que confiaram em mim e a quem sempre estarei ligado e reconhecido,

ultrapassei esse momento e tornei-me no que hoje sou e conheço.

O que apreendeu ao longo da vida, guarda para si ou passa para os outros?

Não encaro o desempenho da minha profissão sem o sentido de equipa ou de transmissão do conhecimento.

Formei, ao longo da minha carreira, vários excelentes profissionais, dediquei-me também ao ensino, e é hoje, o apoio às empresas que



a mim recorrem no âmbito das minhas tarefas associativas, a parte mais importante do meu trabalho.

Sabemos que é avô de um jovem em idade escolar. Do muito que lhe ensina e transmite, o que é que gostaria que o seu neto, ao longo da sua vida, nunca esquecesse?

Algo que é hoje mais difícil de transmitir do que antigamente: a diferença entre o que está bem e o que está mal e a prevalência do dever sobre a comodidade ou o interesse imediato.

A sua formação e experiência de vida permitiram-lhe várias abordagens profissionais: “engenheiro da ferrugem” (como costuma dizer), gestor, consultor, professor, assessor. Sem qualquer desconsideração por quem quer que seja, qual foi a que mais prazer lhe deu desempenhar?

Todas, menos a de gestor, funções que desempenhei e que, decididamente não são da minha preferência.

No entanto, foram inesquecíveis os tempos de amadurecimento na profissão, onde assumi muitos riscos calculados, que sempre provaram terem sido boas decisões e fonte de sucessos profissionais.

E, como profissional, a que facto prescindiria de ter assistido?

Vi, com grande preocupação e mesmo angústia, a clara desindustrialização que invadiu o País. Dizia-se no final dos anos 80 que fazer era importante, mas “estar no negócio” era essencial. Hoje deixámos de fazer muitas coisas, mas nem por isso, em demasiados casos, “estamos no negócio”.

Dado que também foi professor - e, de certa forma, continua a ser no seu dia-a-dia, dada a maneira como desempenha o seu trabalho - e tendo presente o papel que o ensino tem na formação dos recursos humanos, bem como a importância que daí advém para a evolução de qualquer sociedade, como encara o futuro do ensino e o seu impacto em termos da evolução da sociedade portuguesa face à conjuntura atual?

O sucesso do ensino é uma das condições necessárias à sustentabilidade económica e social do país.

É para mim extraordinário tanto progresso nos níveis de escolaridade e, ao mesmo tempo, tanto desemprego entre os licenciados e tantas vozes a exigir uma maior qualificação dos portugueses.

É óbvio que algo está desajustado, e que são necessárias medidas de fundo.

O sistema de ensino tem de preparar as pessoas para o que o País necessita, o que não está a ser conseguido.

Finalmente, no que respeita às ciências aplicadas, o sistema de ensino não pode esquecer o saber das empresas nem valorizar apenas o saber académico e as suas carreiras.

Quais são, no seu entender, os principais problemas com que as empresas se debatem?

Questão difícil, tema onde não sou especialista.

Mas são evidentes dois constrangimentos:

- Custos de contexto não competitivos;
- Limitações legais à adaptação das empresas à conjuntura atual.

Na atual conjuntura Portuguesa, o que mais o preocupa?

A degradação da situação económica leva à desagregação social e há limites que não devem ser transpostos.

Deveria existir, e para já tal não se vislumbra, uma vontade coletiva forte que permitisse lidar melhor com as duas condicionantes atrás indicadas.

Se fosse membro do Governo, quais seriam as medidas que tomaria?

Não quero, sequer, imaginar-me nessa situação.

Mas procuraria maior eficácia no combate aos custos de contexto; doutro modo a retoma económica fica comprometida.

Ao longo da sua carreira, assistiu a grandes desafios, nomeadamente, a um processo revolucionário, a intervenções externas na economia portuguesa, a choques petrolíferos, à entrada de Portugal na Europa. Assim, à luz da sua experiência, o que nos poderá dizer acerca da atual situação do nosso País e do seu futuro?

Estamos a pagar a fatura do modelo de desenvolvimento que fomos levados a seguir.

A dimensão do País e o facto de sermos 10 milhões de habitantes impõe que tenhamos de produzir riqueza real. Mas tal só será possível com maior valorização da terra, com mais indústria, e com uma consciência, hoje tão diluída, de que o País somos todos nós e não apenas o Governo.

Uma das suas áreas de interesse é a História, da qual, sabemos, retira inúmeros ensinamentos. Embora seja, por vezes, matéria relegada para se-

gundo plano, qual é, em sua opinião, o principal ensinamento que dela emerge que a sociedade não deveria menosprezar?

Há duas lições da História que se aprendem, mas que se esquecem com frequência:

“A riqueza fácil não é duradoura”

“As vitórias totais com esmagamento do adversário são muito raras. Na maioria dos casos, este ergue-se de novo e, com o orgulho ferido, vence-nos”.

A História é uma das áreas a que sempre dedicou algum do pouco tempo livre que foi tendo. Dado o fascínio que tem pela mesma, e se pudesse escolher, qual seria o acontecimento que gostaria de ter presenciado ou a vida que apreciaria ter vivido?

Sem dúvida, o período dos Descobrimentos para conhecer a fibra dos nossos antepassados e entender porque não temos hoje a mesma determinação.

Atualmente, está-se a verificar uma “fuga” de recursos humanos com elevado nível de formação. Como encara esta situação?

A situação é inevitável.

Há mais de quarenta anos, quando comecei a trabalhar, foi-me dito que eu pertencia à esperança no futuro da Nação e todos se preocuparam com a minha formação complementar e com a progressão da minha carreira.

E hoje? Os recém-formados estão atingidos pelo desemprego e àqueles que conseguem trabalho é oferecido um salário médio cada vez menor.

Não há solução simples e, em primeiro lugar, o País tem de “acertar” o rumo.

No final desta entrevista, diga-nos: qual foi a pergunta que ficou por fazer?

Como avalia a qualidade do seu trabalho? Não sou, naturalmente, o avaliador do meu trabalho.

Mas, na minha independência, estou num meio de especialistas onde a independência rareia, na medida em que quase todos estão ligados a interesses específicos, o que me confere grande vantagem e, pelos vistos, considerável audição nas matérias em que trabalho.

Em matérias como a Energia e o Ambiente existe, infelizmente, muito fundamentalismo, muito preconceito e, também, muitos interesses que não podem ser acolhidos e que requerem ponderação fria e desinteressada. ☺



Quatenus

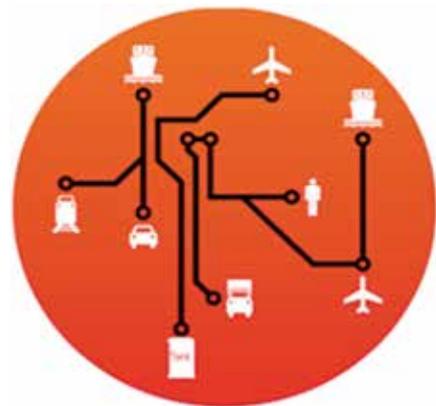
Gestão de Frota em Tempo Real

Tendo em conta que a mobilidade mecanizada é indissociável do conceito de vida da maior parte das pessoas, principalmente das empresas, o termo gestão ganha cada vez mais notoriedade no setor dos transportes. Gerir horários, custos, recursos, otimizar rotas são algumas das necessidades que surgem ao nível dos transportes, quer sejam privados ou públicos. Todos os activos (Pessoas, Viaturas, Maquinas) controlados em tempo real é a proposta da solução Quatenus da SINFIC

UMA FROTA É normalmente responsável por uma percentagem significativa dos custos de uma empresa, tendo um importante impacto no seu desempenho económico, bem como na satisfação dos seus clientes, sejam estes internos ou externos. Por esse motivo, a gestão da frota deve assentar em informação actualizada sobre a sua actividade. A Gestão de frotas consiste na gestão dos recursos de uma empresa. Uma frota

inclui veículos como carros, carinhas, camiões, cisternas ou reboques.

Principalmente nos dias de hoje com fim do combustível barato, impostos e custos elevados e necessidades pertinentes de poupança de recursos, é crucial a optimização e boa gestão dos recursos da organização: principalmente os recursos que possuem mobilidade fora da organização, onde o controlo menor.



A otimização do todo o processo Gestão da frota e do processo de transporte através do recurso de sistemas de informação passa a ser uma prioridade operacional para todas as organizações.

A localização por GPS/GSM

Outra vertente resultante é necessidade de localização das viaturas em tempo real, de modo a garantir informação fidedigna, decisões em tempo real, operacionalidade do negócio, otimização de cargas e descargas com segurança física de bens e pessoas. A evolução da última tecnologia GPS e comunicações móveis permitiu baixar substancialmente o valor deste tipo tecnologia. Hoje, esta tecnologia está cada vez mais acessível através de sistemas de localização GPS que permitem a localização instantânea de qualquer bem/viatura em qualquer parte do mundo.

A gestão e controlo da frota passa a ter capacidades georeferenciação em tempo real com armazenamento de "histórico" de eventos e localizações, gestão de: rotas, entregas, recursos a até mesmo roubos de uma forma totalmente automatizada diminuindo a necessidades de recursos humanos e otimizando os processos de logística e transporte, baixando drasticamente o TCO de cada frota.

Com evoluir da tecnologia e banalização dos sistemas GPS tornou-se possível o desenvolvimento de sistemas de localização GPS totalmente integrados com a viatura e o negócio, permitindo comandar remotamente o veículo (Ex. Bloqueamento) ou até mesmo visualizar em mapas digitais: o sistema representa com cores distintas as rotas já realizadas e o trajeto ainda previsto até o fim daquela viagem. Há ainda recursos para visualização, no mapa, de pontos previstos de paragem, pontos de carga, descarga, postos de gasolina, etc. Todas essas informações estão disponíveis numa forma simplificada de fácil consulta totalmente integrada nos sistemas de gestão de frotas.

Com uma solução de gestão de frota alicerçada em tecnologia Web o acesso a partir de qualquer browser em qualquer parte do mundo permite substanciais reduções de custo com marcantes economias em: hardware, software, custos de licenças adicionais, pessoal, formação e manutenção. Ou seja, qualquer organização pode hoje pensar numa maneira completamente nova de gerir segurança e logística da sua frota e recursos, reduzindo seus custos drasticamente a um preço perfeitamente sustentável.

Como Funciona o sistema de localização



por GPS: Em cada viatura é instalada uma unidade de localização por GPS com modem GSM capaz de capturar em tempo real a posição em qualquer parte do mundo, de seguida essa informação é enviada por GPRS para um servidor que fornece os serviços de acesso ao cliente final.

Quatenus – Real Time Platform

Os benefícios da utilização desde tecnologia são quanto maiores quando maior for a frota a gerir, no entanto tanto são aplicáveis a gestão de 1 a 1000 veículos, porque os problemas de gestão da frota e localização são transversais em qualquer organização o aumento de produtividade pode chegar aos 40% com um ROI (*Return on Investment*) de 3-6 meses.

As vantagens directas da implementação destas soluções variam de acordo com organização, mas de uma forma geral as principais são:

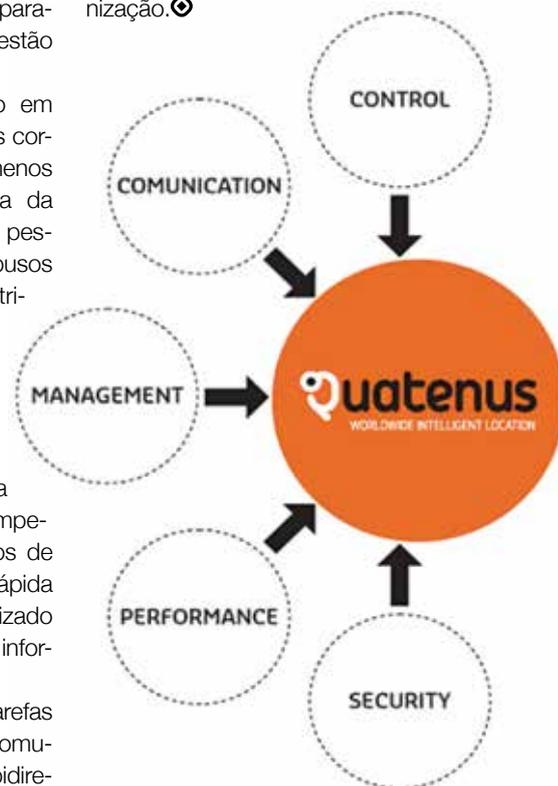
- **Custos:** Diminuição do consumo de combustível, facturas de manutenção e reparações, menos recursos dedicados à gestão de frota;
- **Performance/Gestão:** Informação em tempo real com possibilidade decisões correctivas; gestão operacional eficaz (menos velocidades, desvios); gestão técnica da frota; gestão utilização profissional vs pessoal; mais tempo disponível (menos abusos e avarias); melhoria na gestão da distribuição do território; menos risco; mais entregas; mais vendas; gestão integrada da frota de uma forma centralizada;
- **Clientes:** Otimização da gestão de pedidos (Ex: Rotas); Aumento da qualidade de serviço; aumento da competitividade (+ eficiência); Novos modelos de negócio (Ex: *Outsourcing*); Resposta rápida a pedidos; controlo de custos otimizado com respectiva facturação com base informação real;
- **Comunicação:** Comunicação de tarefas em tempo real; redução de 40% nas comunicações (voz/dados); Comunicação bidire-

cional; Gestão de equipas de com recurso a sistemas de distribuição automática;

- **Segurança:** Protecção do veículo, Carga e Recursos humanos; Imobilização e Controlo remoto do Veículo em caso roubo ou *carjacking*; Recuperação de veículos roubados; Sistema de auxílio em caso de acidente; alertas com base em zonas de exclusão (ex. passagem por fronteira); Análise e detecção de condução perigosa ou irregular (menos multas e excesso).

A indústria das soluções de frota e localização de viaturas continua em rápido crescimento a nível mundial, com cada vez mais organizações adoptarem estas tecnologias para gerir de forma automática e melhor as suas viaturas.

O valor das viaturas é muito mais do que o simples valor de aquisição e manutenção, são activos de importância máxima para o negócio; através do apoio à área de transportes e logística a sua boa gestão e controlo com soluções de gestão de frota passa a ter carácter obrigatório para qualquer organização. ☺



Rentabilização de recursos

Ancoradas na perspectiva de rentabilizarem recursos e otimizarem a gestão, é crescente o número de empresas a profissionalizarem a organização da sua frota automóvel. O *outsourcing* a empresas especializadas e os benefícios inerentes a soluções específicas das gasolinhas, a melhor negociação de contratos de renting e as plataformas informáticas de gestão são algumas das vantagens deste processo

O CUSTO DA GESTÃO e manutenção de viaturas é extremamente relevante em organizações que operam com várias viaturas, as quais procuram reduzir ao máximo esses custos. Torna-se fundamental melhorar a gestão dos gastos com combustível, da manutenção de veículos e da sinistralidade. Um fator decisivo nas operações de gestão de frotas surge na utilização de sistemas informáticos de gestão de frotas e localização GPS, com ferramentas através das quais o gestor pode controlar a performance da frota na sua totalidade. Estes sistemas permitem localizar as viaturas permanentemente, em tempo real e em qualquer lugar, e fornecem relatórios de gastos de combustível, de velocidade, de percursos realizados, entre outros indicadores essenciais à gestão de frotas.

Outra grande vantagem é a adequação dos sistemas de gestão às necessidades concretas de cada empresa, que lida com diferentes realidades e exigências, de acordo com a sua área de actuação e objetivos. A execução de um sistema de gestão de frotas deve acompanhar as reais necessidades e os problemas da empresa.

Atualmente, existem plataformas informáticas que apoiam a gestão de frotas, através da recolha e organização de informações úteis, como contratos de transportes, planeamento de viagens, recursos, estatísticas de recursos e disponibilidade das viaturas, entre outros.

Esta Informação está acessível para os clientes (através da Internet), fornecendo informações como os locais de cargas, descargas, horários, percursos, localização atual da viatura, estado atual do serviço, etc.

Além destes dados, os sistemas informáticos também congregam informações sobre as cartas de condução dos motoristas, pagamento de impostos e taxas de circulação ou dados sobre os seguros dos veículos.

Estes sistemas permitem ainda gerir processos, tarefas e eventos. Por exemplo, possibilitam a programação de notificação de manutenção de rotina, programação de datas ou prazos de pagamento de impostos e seguros e fazem a gestão da carta de condução de cada motorista.

Assim, os sistemas de gestão de frotas permitem à empresa controlar com rigor as despesas administrativas e operacionais da frota, racionalizando os custos e avaliando a rentabilidade dos investimentos efetuados. A aplicação de sistemas de localização GPS potencia largamente a gestão de frotas, a partir do controlo e monitorização permanente e em tempo real do desempenho das viaturas.

Também ao nível do abastecimento de combustível, surgem soluções à medida,

que se traduzem em benefícios para a gestão de frotas, não só ao nível da obtenção de um melhor valor para o próprio combustível, como também em termos da gestão e controlo do abastecimento.

Por exemplo, para uma empresa com uma frota de pequena ou média dimensão, a Galp disponibiliza a solução Galp Frota Business, um cartão de desconto imediato para racionalizar os custos da frota. Já para uma empresa que apresenta consumos superiores a 9000 Lts/ano, o cartão de crédito Galp Frota Corporate oferece vantagens dentro e fora do posto.

Para uma empresa que se dedica ao transporte de mercadorias ou passageiros, a gasolinha oferece uma solução para racionalizar os gastos da frota nas estradas ibéricas, através do cartão Galp Frota Profissional. Acresce ainda o facto de, no seio de cada um destes tipos de cartão, existirem muitas opções que podem ser customizada, de modo a que cada cartão crie o máximo de vantagens para o negócio. ♻️



OBRIGADO Philippe de Buck!

Philippe de Buck deixa no final de 2012, por razões de limite de idade, as funções de Diretor Geral da BUSINESSEUROPE, lugar que exerceu durante mais de 10 anos com elevado profissionalismo e com o reconhecimento grato dos seus membros.



© Copyright, Conseil de l'UE

te a última presidência de Portugal da União Europeia, no 2º semestre de 2007.

A última vez que Philippe de Buck esteve em Portugal foi como orador no 1º Congresso da CIP em Novembro de 2011. Permite-me relatar a forma como se concretizou essa participação, pois ela é bem ilustrativa da disponibilidade sempre por ele evidenciada para colaborar com os membros da BUSINESSEUROPE.

Quem estava previsto fazer uma intervenção no Congresso era o Presidente da BUSINESSEUROPE, Jürgen Thumann. Às 8h30 do dia do congresso recebi um telefonema do Philippe a informar-me que o Presidente Thumann tinha acabado de perder a ligação aérea da Alemanha para Portugal pelo que não iria poder estar presente. A minha resposta foi imediata: "Se o Presidente não pode vir temos que ter cá o Diretor Geral!". Fez-se um breve silêncio do outro lado da linha e pouco depois ouvi a voz bem-humorada do Philippe a pedir à sua secretária para lhe cancelar toda a sua agenda diária e para lhe arranjar um voo Bruxelas-Lisboa-Bruxelas nesse mesmo dia. Foi assim que foi possível ter no nosso Congresso a intervenção do Philippe de Buck sem que os participantes se tivessem apercebido destes detalhes organizativos de última hora.

No seu jantar de despedida, Philippe agradeceu aos Diretores Gerais das federações membros da BUSINESSEUROPE os 10 anos extremamente interessantes que lhe tínhamos proporcionado, sendo da mais elementar justiça que, no momento da sua partida, este Diretor Geral lhe agradeça os mesmos anos de dedicação às causas das empresas europeias: Obrigado Philippe de Buck! ☺

SOB A SUA DIREÇÃO técnica a BUSINESSEUROPE ganhou "peso específico", afirmou-se como um importante "player" na arena de Bruxelas e ganhou o respeito das principais instituições comunitárias e das organizações empresariais e sindicais comunitárias e internacionais.

No plano patrimonial, Philippe de Buck ficará também associado à importante decisão de aquisição do edifício onde está atualmente instalada a BUSINESSEUROPE em Bruxelas.

Gerir uma organização como a BUSINESSEUROPE, com 41 federações empresariais provenientes de 35 países europeus, não é tarefa nada fácil na medida em que os interesses dos seus membros são muitas vezes difíceis de consensualizar. Exige-se pois do seu Diretor Geral, para além do profundo conhecimento dos dossiês, uma enorme capacidade de diálogo e de diplo-

macia para procurar os consensos que por vezes parecem impossíveis de alcançar. Capacidade de diálogo e diplomacia que Philippe de Buck evidenciou de forma notável ao longo destes 10 anos e às quais procurou sempre associar o bom humor como arma para aliviar tensões.

Os membros portugueses da BUSINESSEUROPE, a CIP e a AIP, bem como as empresas portuguesas, tiveram sempre Philippe de Buck do seu lado sempre que necessitaram de recorrer a ele.

A sua ajuda foi preciosa na preparação das Cimeiras Empresariais União Europeia – Brasil e União Europeia - África que a CIP e a AIP organizaram pelo lado europeu duran-

António Alfaiate
DIRETOR-GERAL

BREVES

Tarifas de eletricidade para 2013

A ERSE deverá publicar proximamente os valores das tarifas de acesso às redes para 2013.

Prevê-se, de acordo com o conteúdo da proposta da ERSE apresentada em 15/10/2012 que, para a média tensão, o aumento das TAR seja de 1%, e, para a alta tensão e muito alta tensão, da ordem dos 10% face aos valores vigentes em 2012.

■ ■

Estudo sobre “Financiamento e Incentivos à Regeneração Urbana”

Já se encontra disponível o estudo sobre Políticas e Veículos de Incentivos e de Financiamento, elaborado no âmbito do projeto “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana”.

Pode consultar este estudo na área Estudos do Portal da Regeneração Urbana em <http://www.regeneracaourbana.cip.org>

■ ■

Comércio de madeira

A ANEFA tem disponível no seu site (www.anefa.pt) informações sobre as novas regras europeias de comércio de madeira e produtos derivados. Em Outubro de 2010, a União Europeia adotou um novo regulamento relativo à madeira com o objetivo de combater o comércio de madeira extraída ilegalmente. Este regulamento entra em vigor em 3 março de 2013 e traz obrigações para todos os operadores económicos que transaccionem madeira e produtos derivados. O regulamento tem por objetivo combater o comércio de madeira e produtos de madeira extraídos ilegalmente através de três obrigações principais: proíbe a colocação no mercado da União Europeia de madeira extraída ilegalmente e de produtos derivados da mesma; exige a aplicação de «devidas diligências» por todos os operadores da União que colocam pela primeira vez produtos de madeira no mercado; e obriga os operadores a manter os registos dos seus fornecedores e clientes.

A CIP E OS PROTOCOLOS SETORIAIS PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Na sequência da assinatura, em junho de 2012, do Protocolo entre a CIP e a EDP para a promoção de ações de eficiência energética em empresas dos vários setores da indústria transformadora, foram celebrados já em outubro passado dois protocolos setoriais abrangendo o setor têxtil e o setor da cerâmica.

Estes protocolos setoriais tiveram adesão significativa por parte das empresas destes setores, o que confirma a aposta que a CIP e a EDP fizeram no modelo de financiamento prévio das ações com pagamento através das poupanças por elas geradas. Estão atualmente a ser preparados outros protocolos setoriais, estando já agendadas reuniões com mais dois setores.

Estes resultados incentivam a CIP para prosseguir a sua ação de dinamização, simultaneamente, do associativismo e da melhoria da competitividade das empresas portuguesas. ☺

■ ■

GERHARD SCHRÖDER DEFENDE FEDERALISMO

O Chanceler alemão Gerhard Schröder afirmou durante a XV Conferência CV&A, no Hotel Ritz, em Lisboa, perante uma plateia de decisores políticos e empresariais de peso na cena nacional, que “a crise atual torna bem claro que não pode haver um espaço de moeda comum sem que haja uma política financeira, económica e social”. Disse-o, defendendo ser por esse motivo que “precisamos de um governo económico europeu que deve ser responsável pela melhoria da coordenação e controle das despesas dos Estados e pela criação de regras comuns de concorrência”.

Para Gerhard Schröder, o passo seguinte deve ser “no sentido da criação de uma verdadeira União política”. E explicou a sua visão estratégica federalista: “Precisamos de uma Federação Europeia, com poderes entregues em Estados-Nação. A Comissão Europeia deve desenvolver um Governo único, eleito pelo Parlamento Europeu. O Conselho Europeu deve ser transformado numa segunda câmara com responsabilidades, semelhantes às da Assembleia Federal na Alemanha. O Parlamento Europeu deve ter mais direitos e ser eleito através de listas pan-europeias. Estou consciente de que nem todas as pessoas na Europa estão preparadas para seguir este caminho”.

O ex-líder político, que governou a Alemanha entre 1998 e 2005 e reformou de forma profunda a estrutura do Estado alemão, defendeu que “a Europa está numa encruzilhada”. “A União Europeia alargada precisa, para promover o crescimento, de falar a uma só voz em questões globais e deverá ter um papel significativo e global no século XXI ou aceitar que o mundo vai passar sem a Europa”, avançou.

O Chanceler Gerhard Schröder está consciente de que “o que a Europa precisa, agora, é de crescimento, reformas e mais integração política. A política económica e financeira europeia deve mudar, afastar-se da austeridade pura e dura para se aproximar do crescimento”, alertando para o facto de que “a situação económica e política dos países com ajuda financeira mostra que a austeridade por si só não é o caminho para resolver a crise. Pelo contrário: há um perigo de, estrangulando as economias nacionais com uma rígida política de austeridade, agravar a situação económica. Em Portugal isso já está a acontecer”, lembrou, avisando que “sem crescimento, a dor do ajustamento desses países será muito difícil, e vários anos sem crescimento não podem ser politicamente possíveis. Ninguém sabe disso melhor do que as pessoas aqui em Portugal”, lembrou. ☺



Dê. Vai ver que não dói nada.

Fazer uma cruz não lhe custa nada, mas faz toda a diferença. **Ao declarar o seu IRS, assinale o quadro 9 do anexo H e coloque o NIPC 502744910.** Assim, o Estado irá entregar 0,5% do seu imposto já liquidado a esta Missão de Emergência Nacional da AMI. www.ami.org.pt

**SE GOSTAVA
DE ACABAR
COM A POBREZA,
FAÇA UM X.**



Banco **BIC**
Exportador

Portugal  Angola



EXPORTE CONNOSCO  CRESCA CONNOSCO

O Banco BIC Exportador tem um conjunto de soluções disponibilizadas para a exportação de bens e serviços, gestão de fluxos financeiros e desenvolvimento de estratégias e investimento, que facilita a concretização das suas transações comerciais internacionais, designadamente entre Portugal e Angola.



BancoBIC